

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2022

O Presidente do **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público que realizará, por meio do **INSTITUTO MAIS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, Concurso Público para Provimento de Empregos Públicos vagos e dos que vagarem no prazo de validade do Concurso Público, regido pelo no Artigo 37 da Constituição Federal e pelo **Decreto nº 58.958**, de 11 de março de 2013 e de acordo com a distribuição de Vagas especificada na Tabela I, do Capítulo I, deste Edital, sob a supervisão da Comissão do Concurso Público – **Edital nº 01/2022**, instituída pela **Portaria nº 10/2021**.

O Concurso Público reger-se-á pelas disposições contidas nas Instruções Especiais, que ficam fazendo parte integrante deste Edital.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público destina-se ao provimento, pelo Regime Celetista, dos Empregos Públicos mencionados na **Tabela I**, deste Capítulo, atualmente vagos e dos que vagarem, no âmbito da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, tanto na cidade de São Paulo, como na Região Metropolitana de São Paulo, dentro do prazo de validade de 02 (dois) anos, prorrogável uma única vez por igual período a contar da data da Homologação do Resultado Final, a critério da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**. O período de validade estabelecido para este Concurso Público não gera obrigatoriedade para a contratação de todos os candidatos classificados, exceto para aqueles classificados dentro do número de Vagas oferecidas.

1.1.1. Todo o processo de execução deste Concurso Público, com as informações pertinentes, estará disponível no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**.

1.1.2. Todos os Atos Oficiais relativos ao Concurso Público serão publicados no **Diário Oficial de São Paulo Eletrônico** e no **Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo**, bem como divulgados na *Internet*, nos sites do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO (www.prosangue.sp.gov.br)**.

1.1.3. A Homologação do Resultado Final do Concurso Público será publicada no **Diário Oficial de São Paulo Eletrônico**, bem como divulgados na *Internet*, nos sites do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO (www.prosangue.sp.gov.br)**.

1.2. As Atribuições Básicas dos Empregos Públicos estão descritas no **Anexo I**, deste Edital.

1.3. Os vencimentos constantes na **Tabela I**, deste Capítulo, correspondem à faixa inicial de cada Emprego Público, em vigência.

1.4. Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o Horário Oficial de Brasília/DF.

1.5. Os Códigos dos Empregos Públicos, os Empregos Públicos, as respectivas Vagas Existentes, a Escolaridade/Requisitos exigidos, o Vencimento Mensal, Jornada de Trabalho e a Taxa de Inscrição são os estabelecidos na **Tabela I – Capítulo I**, deste Edital, conforme especificada abaixo:

TABELA I

CÓDIGO DO EMPREGO PÚBLICO	EMPREGO PÚBLICO	VAGAS EXISTENTES		ESCOLARIDADE / REQUISITOS	VENCIMENTO MENSAL R\$ / JORNADA DE TRABALHO
		TOTAL (*)	RESERVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (**)		
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO					
TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 39,00					
101	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03	--	Ensino Fundamental Completo.	R\$ 934,19 Tab I, Ref.: FI, A 220 horas mensais.



CÓDIGO DO EMPREGO PÚBLICO	EMPREGO PÚBLICO	VAGAS EXISTENTES		ESCOLARIDADE / REQUISITOS	VENCIMENTO MENSAL R\$ / JORNADA DE TRABALHO
		TOTAL (*)	RESERVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (**)		
ENSINO MÉDIO COMPLETO TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 48,00					
201	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02	--	Ensino Médio Completo.	R\$ 1.772,63 Tab I, Ref.: MI, A 220 horas mensais.
ENSINO SUPERIOR COMPLETO TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 60,00					
301	ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	02	--	Superior Completo e Registro Ativo no Órgão Competente, quando solicitado.	R\$ 3.283,07 Tab I, Ref.: SI, A 220 horas mensais.
303	BIOLOGISTA	06	01	Superior Completo em Biologia, Biomedicina ou Farmácia e Registro Ativo no Órgão Competente.	R\$ 2.954,76 Tab II, Ref.: SII, A 180 horas mensais.
304	ENFERMEIRO	02	--	Superior Completo em Enfermagem e Registro Ativo no Órgão Competente.	R\$ 3.972,51 Tab I, Ref.: SIII, A 220 horas mensais.

(*) Total de Vagas existentes, incluindo-se a reserva para Pessoas com Deficiência – PcD.

(**) Reserva de Vagas para Pessoa com Deficiência – PcD, conforme estabelecida Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08 de novembro de 2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14 de outubro de 2013 e Lei Estadual nº 16.779 de 22 de junho de 2018.

1.6. Os documentos comprobatórios para o Emprego Público que exigem escolaridade completa – Diplomas registrados e acompanhados de Histórico Escolar – devem referir-se a Cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) ou Conselho Estadual de Educação (CEE) e Conselhos Regionais de Profissões.

1.7. Os Diplomas e Certificados, obtidos no exterior, para que tenham validade, deverão estar revalidados de acordo com a legislação vigente.

1.8. A FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO oferece aos seus funcionários:

1.8.1. Vale Refeição: jornada 220 horas: R\$ 18,00/dia; jornada 180 horas: R\$ 13,41/dia. Participação do colaborador é proporcional ao salário com desconto de 1% a 10%, sobre o valor do Vale Refeição.

1.8.2. Vale Alimentação: R\$ 129,00/mês. Não há participação do colaborador

1.8.3. Vale Transporte: Opcional, de acordo com o itinerário e desconto conforme legislação (6%).

1.9. Em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/18), o candidato, ao realizar a sua inscrição, estará consentindo e autorizando o uso de alguns de seus dados cadastrais informados na inscrição em conformidade com o que segue:

1.9.1. Na divulgação das Listagens de Homologação das Inscrições e dos Resultados – Nome do Candidato, Documento de Identidade e Data de Nascimento;

1.9.2. No envio de informativos, notícias de Concursos Públicos e/ou Processos Seletivos abertos, e outros comunicados a título gratuito – e-mail informado no ato da inscrição;

1.9.3. Na manutenção do banco de dados em suporte eletrônico ou físico, estabelecido em um ou vários locais, destinando-se tais dados exclusivamente ao uso no presente Concurso Público, podendo promover a troca deles com a FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO, com a finalidade prevista em Edital – todos os dados; e

1.9.4. Na geração de dados estatísticos, promoção de conhecimento, inclusão social e amparo legal, viabilização de ações e projetos – todos os dados.

II – DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

2.1. Os requisitos básicos para contratação nos Empregos Públicos são os especificados a seguir:

2.1.1. O candidato deverá ler o Edital de Abertura do Concurso Público em sua íntegra e cumprir todas as determinações nele contidas;

2.1.2. Ter sido aprovado e classificado neste Concurso Público;

2.1.3. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, conforme o disposto nos termos do Parágrafo 1º, Artigo 12, da Constituição Federal, e do Decreto Federal n.º 70.436/72, ou ser naturalizado brasileiro conforme legislação vigente no país até a data da contratação;



- 2.1.4. Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, quando da contratação;
- 2.1.5. Encontrar-se na fruição dos direitos políticos;
- 2.1.6. Encontrar-se em dia no cumprimento das obrigações militares na data da contratação;
- 2.1.7. Estar quite com a Justiça Eleitoral na data da contratação;
- 2.1.8. Não ser aposentado por invalidez;
- 2.1.9. Possuir os REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS para o Emprego Público, conforme o especificado na **Tabela I – Capítulo I – Das Disposições Preliminares**, deste Edital;
- 2.1.10. Apresentar a documentação comprobatória de acordo com as exigências acima, por ocasião da convocação, que antecede a contratação;
- 2.1.11. Não registrar antecedentes criminais oriundos de sentença transitada em julgado ou demonstrar o cumprimento integral das penas que tenham sido cominadas;
- 2.1.12. Não ter sofrido, no exercício da Função Pública, penalidade incompatível com nova investidura em Emprego Público;
- 2.1.13. Não encontrar-se acumulando Cargo, Emprego ou Função Pública em desconformidade com as hipóteses de acumulação lícitas previstas em Lei, e na Constituição Federal;
- 2.1.14. Não estar com idade de aposentadoria compulsória;
- 2.1.15. Ter aptidão física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício do Emprego Público, comprovada mediante sujeição a exame de saúde admissional a ser realizado pelo serviço médico credenciado pela **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, quando da contratação;
- 2.1.16. Não estar respondendo a processo relativo ao exercício da profissão;
- 2.1.17. Comprovar idoneidade e conduta ilibada, na forma do regulamento do Concurso Público; e
- 2.1.18. Não receber, no ato da contratação, proventos de aposentadoria oriundos de Cargo, Emprego ou Função exercidos perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o Artigo 37, inciso XXII, §10 da Constituição Federal, ressalvadas as acumulações permitidas pelos incisos XVI e XVII do citado dispositivo constitucional, os Cargos Eletivos e os Cargos ou Empregos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- 2.2. A comprovação da documentação hábil de que os candidatos possuem os requisitos exigidos no **item 2.1**, deste Capítulo, será solicitada por ocasião da contratação.
- 2.3. A não apresentação de qualquer dos documentos implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato em decorrência de sua habilitação no Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.
- 2.4. O candidato que prestar declaração falsa, inexata, ou ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado na prova e que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.5. No ato da inscrição não serão solicitados comprovantes das exigências contidas neste Edital, no entanto, o candidato que não as satisfizer no ato da contratação, mesmo que tenha sido aprovado, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

III – DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. Somente será admitida inscrição via *Internet*, no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), no período de **02 de março a 07 de abril de 2022**, iniciando-se às **10h00**, do dia **02 de março de 2022**, e encerrando-se, impreterivelmente, às **17h00** do dia **07 de abril de 2022**, observado o Horário Oficial de Brasília/DF e os itens constantes no **Capítulo II** para contratação no Emprego Público, estabelecidos neste Edital.
- 3.1.1. Os candidatos poderão obter informações e orientações para realizar sua inscrição no período de **02 de março a 07 de abril de 2022**, por meio do **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do **INSTITUTO MAIS** através do telefone (11) 2659-5746, no horário das 10h00min às 12h00min ou das 13h30min às 16h30min (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados, ou enviar mensagem para sac@institutomais.org.br.
- 3.2. O candidato que desejar realizar sua inscrição deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia **08 de abril de 2022**, disponível no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br). O boleto bancário deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição *on-line* conforme **Tabela I**, constante no **Capítulo I – Das Disposições Preliminares**, deste Edital.
- 3.2.1. O Formulário de Inscrição *on-line* estará disponível para inscrição até às **17h00** do dia **07 de abril de 2022**.
- 3.2.1.1. O boleto bancário estará disponível para impressão no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), até às **17h00** do dia **08 de abril de 2022**.
- 3.2.2. O candidato interessado **poderá realizar inscrição para 02 (dois) Empregos Públicos**, desde que as provas sejam realizadas em períodos distintos, verificando, antes de efetuar a sua inscrição, o período de realização das provas, conforme estabelecido abaixo e constante no **Capítulo VIII**, deste Edital:



DATA PREVISTA DA PROVA / PERÍODO	EMPREGOS PÚBLICOS
15/05/2022 (MANHÃ)	101 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 301 – ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA 302 –BIOLOGISTA 304 – ENFERMEIRO
15/05/2022 (TARDE)	201 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

3.2.3. Na eventualidade do candidato efetuar as 02 (duas) inscrições para o mesmo período de realização das provas, será considerado, para efeito deste Concurso Público, aquele em que o candidato estiver presente na Prova Objetiva, sendo considerado ausente nas demais opções.

3.2.4. Ocorrendo a hipótese do subitem 3.2.3 ou pagamento duplicado de um mesmo boleto bancário, não haverá restituição parcial ou integral dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

3.2.4.1. Em havendo coincidência no horário de realização das provas, o candidato deverá optar por uma das inscrições realizadas, sendo considerado para todos os efeitos ausente nas demais.

3.2.5. O candidato deve se atentar à opção de Emprego Público, data prevista da prova e período antes de escolher a opção e efetuar o pagamento.

3.2.6. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de Emprego Público sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, verifique atentamente o Emprego Público de interesse.

3.3. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelos Correios, *fac-símile*, transferência, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou após a data de vencimento especificada no boleto bancário ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital.

3.4. Não será concedida ISENÇÃO total ou parcial da taxa de inscrição, exceto para os casos previstos pela Lei Estadual nº 12.147, de 12 de dezembro de 2005 (isenção do valor da inscrição) ou pela Lei Estadual nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007 (redução do valor da taxa de inscrição). Os pedidos de isenção/redução serão recebidos nos dias 03 e 04 de março de 2022, conforme estabelecido no Capítulo IV, deste Edital.

3.5. Não haverá restituição do valor pago referente à taxa de inscrição em hipótese alguma.

3.6. As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição na rede bancária, conforme o disposto no item 3.2 deste Edital.

3.6.1. As informações prestadas no Formulário de Inscrição *on-line* são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que feitas com o auxílio de terceiros, cabendo ao INSTITUTO MAIS o direito de excluir do Concurso Público aquele que preenchê-lo com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente. O não preenchimento dos dados corretamente poderá implicar o cancelamento da inscrição.

3.6.2. A inscrição implicará a completa ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais não se poderá alegar desconhecimento.

3.6.3. A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação no referido Concurso Público será feita por ocasião da contratação, sendo que a não apresentação implicará a anulação de todos os atos praticados pelo candidato.

3.7. O candidato que necessitar de qualquer tipo de **Condição Especial** para a realização das Provas Objetivas deverá solicitar a Condição Especial, devendo preencher totalmente e corretamente o requerimento, conforme modelo constante no Anexo III, e encaminhá-lo durante o período das inscrições, de 02 de março a 07 de abril 2022, com prazo para envio por **upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: "CONDIÇÃO ESPECIAL"**, até o dia 08 de abril de 2022, os documentos abaixo:

a) cópia do Atestado Médico ou de Especialista que comprove a necessidade do atendimento especial, assinado por Médico ou Especialista devidamente inscritos no respectivo Conselho Regional de Classe e que nele conste, para fins comprobatórios, o número de registro do Médico ou do Especialista na referida entidade de Classe; e

b) requerimento de solicitação de **Condição Especial** para realização da Prova, informando quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, Prova Ampliada, Braille ou o Auxílio de Ledor, etc), conforme modelo constante no Anexo III.

3.7.1. A solicitação de Condições Especiais será atendida obedecendo a critérios de legalidade, viabilidade e de razoabilidade.

3.7.2. O candidato que não realizar a solicitação estabelecida no item 3.7, durante o período de inscrição, não terá a prova especial e/ou as Condições Especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.

3.7.3. De acordo com o Decreto Federal n.º 8.727, de 28 de abril de 2016, o candidato travesti ou transexual poderá solicitar a inclusão e uso do Nome Social para tratamento, devendo preencher totalmente e corretamente o requerimento de inclusão e uso do Nome Social, conforme modelo constante no Anexo IV, assinar e encaminhar o mesmo durante o período das inscrições, de 02 de março a 07 de abril de 2022, com prazo para envio por **upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: "NOME SOCIAL"**, até o dia 08 de abril de 2022.



3.7.3.1. Quando das publicações oficiais e nas listas de publicações nos *sites* do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO (www.prosangue.sp.gov.br) será considerado o Nome Civil.

3.8. O candidato que exerceu efetivamente a **Função de Jurado** no período entre a data de publicação da Lei Federal n.º 11.689/08 (09 de junho de 2008), até a data de publicação deste Edital, poderá solicitar, no ato da inscrição, esta opção para critério de desempate, devendo encaminhar obrigatoriamente:

- a) cópia do comprovante de inscrição; e
- b) certidão comprobatória que exerceu efetivamente a Função de Jurado.

3.8.1. Os documentos previstos no **item 3.8, alíneas “a” e “b”**, deverão ser encaminhados, durante o período de inscrição de **02 de março a 07 de abril de 2022**, com prazo para envio **por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: “FUNÇÃO JURADO até o dia 08 de abril de 2022.**

3.8.2. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no **item 3.8 e subitem 3.8.1**, não serão considerados como Jurados para critério de desempate.

3.9. Os documentos previstos no **item 3.7 (Condição Especial), subitem 3.7.3 (Nome Social) e item 3.8 (Função Jurado), alíneas “a” e “b”**, deverão ser encaminhados **até às 23h59min do dia 08 de abril de 2022, por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em seus respectivos links.**

3.9.1. Antes de encaminhar a(s) solicitação(ões) e/ou o documento comprobatório, o candidato deverá:

- a) **digitalizar as cópias dos documentos** e salvar o arquivo em formato: **PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;
- b) no caso de **Documento Digital**, baixar o arquivo e enviar em formato **PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;
- c) os documentos que possuem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- d) conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos; e
- e) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

3.9.2. Os documentos obtidos por meio digital (via *Internet*) deverão atender as seguintes condições:

- a) conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante; e
- b) conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

3.9.3. O INSTITUTO MAIS e a FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.10. O candidato deverá, obrigatoriamente, indicar, no ato da inscrição, o código da opção de **Emprego Público** conforme **Tabela I, do Capítulo I, item 1.5**, bem como o seu endereço completo e correto, inclusive com a indicação do CEP.

3.11. Os candidatos inscritos **NÃO** deverão enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos candidatos os dados cadastrais informados no ato de inscrição, sob as penas da Lei.

3.12. O INSTITUTO MAIS e o FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO não se responsabilizam por solicitação de inscrição via *Internet* não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Ademais, não se responsabilizam, tampouco reembolsarão candidatos por informações bancárias errôneas, advindas de crimes cibernéticos, em especial aquelas que se referem à linha de dígitos do código de barras do boleto bancário, que resulte em ausência de compensação bancária. O candidato deve se atentar para as informações dos seguintes dados bancários, sendo que o descumprimento das instruções para inscrição via *Internet* implicará a não efetivação da inscrição.

3.13. Após a conclusão do preenchimento do Formulário de Inscrição *on-line*, o candidato ou seu Procurador deverá imprimir o boleto bancário para o pagamento do valor da inscrição e deverá ficar atento ao que segue:

- a) ao emitir o boleto bancário verifique se o Emprego Público de interesse está correto;
- b) verifique se no boleto bancário emitido para o pagamento da taxa de inscrição consta o nome do candidato;
- c) certifique-se se o computador utilizado é confiável e se está com o antivírus atualizado para, assim, evitar possíveis fraudes na geração do boleto bancário supracitado;
- d) o boleto bancário a ser gerado para este Concurso Público será emitido pelo Banco Santander;
- e) a representação numérica do código de barras (linha digitável) constante no boleto bancário sempre iniciará com o número **03399.18047 41300.001**, que identifica o Banco Santander e o INSTITUTO MAIS;
- f) antes de efetuar o pagamento, verifique se os primeiros números constantes no código de barras pertencem ao Banco Santander, pois boletos gerados por outras instituições bancárias para o pagamento da taxa de inscrição deste Concurso Público, são automaticamente boletos falsos; e
- g) será de responsabilidade do candidato ficar atento para as informações do boleto bancário, a fim de evitar fraudes no seu pagamento. Na dúvida, entre em contato com o **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do INSTITUTO



MAIS, através do telefone (11) 2659-5746, no horário das 10h00min às 12h00min ou das 13h30min às 16h30min (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados, ou enviar mensagem para sac@institutomais.org.br.

3.14. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto bancário deverá ser pago antecipadamente.

3.15. O pagamento do valor da inscrição poderá ser efetuado em dinheiro, cheque do próprio candidato ou débito em conta corrente de bancos conveniados.

3.15.1. O pagamento efetuado por meio de cheque somente será considerado quitado após a respectiva compensação.

3.15.2. Em caso de devolução do cheque, qualquer que seja o motivo, ou caso o mesmo seja preenchido com valor menor, não será permitida a complementação em hipótese alguma, bem como considerar-se-á sem efeito a inscrição.

3.15.3. O candidato que efetuar o **AGENDAMENTO DE PAGAMENTO** de sua inscrição deverá atentar-se para a confirmação do débito em sua conta corrente, na data do vencimento do boleto bancário.

3.15.4. Não tendo ocorrido o débito do valor agendado e conseqüente crédito na conta do **INSTITUTO MAIS**, a inscrição não será considerada válida, sob qualquer hipótese.

3.16. Encerrado o prazo de inscrição e esgotados todos os prazos permitidos para pagamento, impressos no boleto bancário, mesmo tendo o candidato realizado o pagamento da inscrição, este ficará impossibilitado de participar do Concurso Público.

3.17. A partir de 05 (cinco) dias úteis, o candidato poderá conferir, no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), se os dados da inscrição efetuada via *Internet* foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato por meio do **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do **INSTITUTO MAIS** através do telefone (11) 2659-5746, no horário das 10h00min às 12h00min ou das 13h30min às 16h30min (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados, ou enviar mensagem para sac@institutomais.org.br.

3.18. Para efetuar consultas da inscrição o candidato deverá acessar o *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e clicar no *link* "**Meus Concursos**", digitando o número do seu CPF e sua senha de acesso.

3.19. As inscrições efetuadas somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

3.20. Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado com valor menor do que o estabelecido na **Tabela I**, do **Capítulo I – Das Disposições Preliminares**, e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data de vencimento do boleto bancário.

3.21. As inscrições devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação no *site*, nos últimos dias de inscrição.

3.22. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.23. A partir do dia **22 de abril de 2022**, serão divulgados nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** (www.prosangue.sp.gov.br) os **Comunicados de Deferimento e Indeferimento das Inscrições Deferidas ou Indeferidas** (candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência, exerceram a Função de Jurado, solicitaram atendimento especializado para realização da Prova, ou optaram pelo Sistema de Pontuação Diferenciada para Pretos, Pardos e Indígenas) e **Homologação das Inscrições** (candidatos efetivamente inscritos no Concurso Público).

3.23.1. Contra o indeferimento das inscrições caberá recurso, conforme **Capítulo X**, deste Edital, nas datas prováveis de **25 e 26 de abril de 2022**.

3.24. O **Edital de Convocação**, em que constará a relação dos candidatos que realizarão as **Provas Objetivas**, será publicado no **Diário Oficial de São Paulo Eletrônico** e divulgado nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** (www.prosangue.sp.gov.br), na data provável de **06 de maio de 2022**.

IV – DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. O candidato amparado pela **Lei Estadual n.º 12.147**, de 12 de dezembro de 2005 e **Lei Estadual n.º 12.782**, de 20 de dezembro de 2007, poderá realizar, nos dias **03 e 04 de março de 2022**, seu pedido de isenção ou redução do pagamento da taxa de inscrição, no *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br).

4.1.1. O pedido de **isenção** a que se refere o **item 4.1**, será possibilitado ao candidato que for **Doador de Sangue**, nos termos da **Lei Estadual n.º 12.147**, de 12 de dezembro de 2005.

4.1.1.1. Para ter direito à **isenção**, o doador deverá comprovar a doação de sangue, que não poderá ser inferior a 03 (três) vezes em um período de **12 (doze) meses**, retroativos ao período de solicitação de isenção ou redução do pagamento da taxa de inscrição (**04 de março de 2022**), realizada em Órgão Oficial ou Entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

4.1.1.2. A comprovação da condição de Doador de Sangue deverá ocorrer mediante apresentação de **documento original ou cópia autenticada**, emitido pela Entidade coletora.



4.1.2. O pedido de **redução de 50% (cinquenta por cento)** do valor da inscrição previsto neste Edital, de acordo com a **Lei Estadual n.º 12.782**, de 20 de dezembro de 2007, a que se refere o **item 4.1**, será possibilitado ao candidato que comprovar, **CUMULATIVAMENTE**, os requisitos dos **subitens 4.1.2.1 e 4.1.2.2**.

4.1.2.1. Ser estudante regularmente matriculado em uma das séries do Ensino Médio, Curso Pré-Vestibular, Curso Superior em Nível de Graduação ou Pós-Graduação.

4.1.2.1.1. Para comprovar a condição de estudante, o candidato deverá encaminhar um dos seguintes documentos:

a) original ou cópia autenticada da Certidão ou Declaração expedida por Instituição de Ensino Público ou Privado, em papel timbrado com assinatura e carimbo do setor competente; **ou**

b) cópia autenticada da carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por Instituição de Ensino Público ou Privado, ou por Entidade de representação estudantil.

4.1.2.2. Perceber remuneração mensal inferior a 02 (dois) salários mínimos ou estar desempregado.

4.1.2.2.1. Para comprovar a condição a que se refere o **subitem 4.1.2.2**, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) para remuneração mensal inferior a 02 (dois) salários mínimos – cópia do comprovante de renda (atualizado):

- Recibo de pagamento por serviços prestados ou declaração do empregador, firmado em papel timbrado, com nome completo e número do documento de identidade do empregador e carimbo do CNPJ; **ou**
- Extrato de rendimentos fornecido pelo INSS ou outras fontes, referente à aposentadoria, auxílio-doença, pensão, pecúlio, auxílio-reclusão e previdência privada. Na falta de um desses, extrato bancário identificado, com o valor do crédito do benefício; **ou**
- Recibos de comissões, aluguéis, Pró-labores e outros; **ou**
- Comprovante de recebimento de pensão alimentícia. Na falta deste, extrato ou declaração de quem a concede, especificando o valor; **ou**
- Comprovações de benefícios concedidos por Programas Sociais, como por exemplo, bolsa-escola, bolsa-família, cheque cidadão ou outros; **ou**
- Declaração original, assinada pelo próprio interessado, para autônomos e trabalhadores em atividades informais, contendo as seguintes informações: nome completo, telefone(s) e número do RG, atividade que desenvolve, local onde a executa, há quanto tempo a exerce e renda bruta mensal em reais.

b) se desempregado:

- Recibos de seguro-desemprego e do FGTS; **ou**
- Documentos de rescisão do último contrato de trabalho, mesmo que temporário. No caso de ter sido feito contrato em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, anexar, ainda, a cópia das páginas de identificação (páginas da foto e Qualificação Civil); **ou**
- Declaração de desemprego original, assinada pelo próprio interessado.

4.2. Para obter a sua Isenção/Redução da Taxa de Inscrição o candidato deverá proceder conforme estabelecido a seguir:

a) preencher CORRETAMENTE, no período de Inscrição/Isenção/Redução (**03 e 04 de março de 2022**), o **Formulário de Inscrição/Isenção/Redução on-line do pagamento do valor da taxa de inscrição**, que ficará disponível no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**, bem como declarar eletronicamente de que atende às condições previstas em Lei e de que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de sofrer as sanções dispostas na Lei; **e**

b) enviar por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: "ISENÇÃO/REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO" os seguintes documentos:

4.2.1. Solicitação de Isenção possibilitada ao candidato que for **Doador de Sangue**, nos termos da **Lei Estadual n.º 12.147, de 12 de dezembro de 2005**:

a) ENCAMINHAR cópia simples da Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE) e dos documentos relacionados nos **subitens 4.1.1. e 4.1.1.1.**; **e**

b) ENCAMINHAR a Declaração de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição preenchida e assinada conforme **Anexo V**, deste Edital.

4.2.2. Solicitação de Redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da inscrição previsto neste Edital, possibilitado ao candidato que comprovar cumulativamente **ser estudante regularmente matriculado em uma das séries do Ensino Médio, Curso Pré-Vestibular, Curso Superior em Nível de Graduação ou Pós-Graduação e perceber remuneração mensal inferior a 02 (dois) salários mínimos ou estar desempregado**, de acordo com a **Lei Estadual n.º 12.782, de 20 de dezembro de 2007**:

a) ENCAMINHAR cópia simples da Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE) e dos documentos relacionados nos **subitens 4.1.2.1.1. e 4.1.2.2.1.**; **e**

b) ENCAMINHAR a Declaração de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição preenchida e assinada conforme **Anexo V**, deste Edital.

4.3. Os documentos previstos nos **itens 4.1 e seus subitens e alíneas e 4.2 e seus subitens e alíneas**, deverão ser



encaminhados **até às 23h59min do dia 04 de março de 2022**, por *upload* no site www.institutomais.org.br, na **Área Restrita do candidato, em seus respectivos links**.

4.3.1. Antes de encaminhar a(s) solicitação(ões) e/ou o documento comprobatório, o candidato deverá:

- a) **digitalizar as cópias dos documentos** e salvar o arquivo **em formato: PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;
- b) no caso de **Documento Digital**, baixar o arquivo e enviar **em formato PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;
- c) os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;
- d) conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos; e
- e) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

4.3.2. Os documentos obtidos por meio digital (via *Internet*) deverão atender as seguintes condições:

- a) conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante; e
- b) conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

4.3.3. O **INSTITUTO MAIS** e a **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.4. Será considerada nula a Isenção/Redução do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações e/ou apresentar informações inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação.

4.4.1. Para os casos mencionados nas alíneas "a" e "b", acima, o candidato terá sua situação informada à autoridade policial competente para as providências cabíveis.

4.5. Não será concedida Isenção/Redução do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

- a) pleitear a Isenção/Redução sem preencher o **Formulário de Inscrição/Isenção/Redução on-line** disponível no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**;
- b) não observar o período para a solicitação de isenção; e
- c) não observar ao solicitado no **item 4.2**, bem como **seus subitens e suas alíneas**.

4.6. Não será aceita solicitação de Isenção/Redução do pagamento da taxa de inscrição via *fax*, via correio eletrônico, e-mail ou outro meio que não estabelecido neste Edital.

4.7. O pedido de Isenção/Redução será analisado pela Equipe do **INSTITUTO MAIS**.

4.7.1. Ao término da apreciação dos Formulários de Isenção/Redução do pagamento da taxa de inscrição e dos respectivos documentos, o **INSTITUTO MAIS** divulgará no endereço eletrônico www.institutomais.org.br, na data provável de **18 de março de 2022**, o Resultado da apreciação dos pedidos de Isenção/Redução do pagamento da taxa de inscrição na Área Restrita do candidato.

4.8. O requerimento de solicitação de **Isenção** do pagamento da taxa de inscrição, se deferido, formalizará a inscrição do candidato no Concurso Público.

4.9. O requerimento de solicitação de **Redução** do pagamento da taxa de inscrição, se deferido, disponibilizará ao candidato boleto bancário para pagamento da inscrição do candidato no Concurso Público com **redução** de 50% (cinquenta por cento) do valor da inscrição previsto neste Edital, de acordo com a **Lei Estadual n.º 12.782**, de 20 de dezembro de 2007.

4.10. O candidato que tiver sua solicitação de Isenção/Redução de pagamento da taxa de inscrição Indeferida poderá interpor recurso nos dias **21 e 22 de março de 2022**, por meio do endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**.

4.11. Ao término da apreciação dos recursos contra o indeferimento de Isenção/Redução do pagamento da taxa de inscrição, o **INSTITUTO MAIS** divulgará no endereço eletrônico www.institutomais.org.br, na data provável de **30 de março de 2022** o Resultado Final da apreciação dos pedidos, na Área Restrita do candidato.

4.12. Os candidatos que tiverem a sua solicitação de **Isenção** do pagamento da taxa de inscrição **Indeferida** poderão garantir a sua participação no Concurso Público, imprimindo o boleto bancário, com data de pagamento até **08 de abril de 2022**, disponível até às **17h00**.

4.13. Os candidatos que tiverem a sua solicitação de **Redução** do pagamento da taxa de inscrição Indeferida poderão garantir a sua participação no Concurso Público, imprimindo o boleto bancário **com valor integral da taxa de inscrição**, com data de pagamento até **08 de abril de 2022**, disponível até às **17h00**.

4.14. O interessado que não tiver seu pedido de Isenção/Redução do pagamento da taxa de inscrição deferido, e que não efetuar a inscrição na forma estabelecida neste Capítulo, não terá sua inscrição efetivada.

4.15. O **INSTITUTO MAIS** e a **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** não se responsabilizarão por solicitação de inscrição/isenção não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.



V – DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD

5.1. Nos termos da **Lei Complementar n.º 683**, de 18 de setembro 1992, alterada pela **Lei Complementar n.º 932**, de 08 de novembro 2002, e regulamentada pelo **Decreto n.º 59.591**, de 14 de outubro de 2013 e **Lei Estadual n.º 16.779**, de 22 de junho de 2018, serão reservadas Vagas às Pessoas com Deficiência, a que se refere o Artigo 37, Inciso VIII, da Constituição Federal.

5.1.1. O percentual de reserva de Vaga para Pessoa com Deficiência para cada Emprego Público será de **5% (cinco por cento)** do total de Vagas por Emprego Público.

5.1.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de Vagas reservadas a Pessoas com Deficiência, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

5.1.3. Os candidatos com deficiência aprovados no Concurso Público serão convocados a ocupar a **5ª (quinta)**, **30ª (trigésima)**, **50ª (quinquagésima)**, **70ª (septuagésima)** Vagas do Concurso Público, e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 (vinte) Empregos Públicos providos.

5.2. Consideram-se Pessoas com Deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas na **Lei Complementar n.º 683, de 18 de setembro 1992**, alterada pela **Lei Complementar n.º 932, de 08 de novembro 2002**, e regulamentada pelo **Decreto n.º 59.591, de 14 de outubro de 2013** e **Lei Estadual n.º 16.779, de 22 de junho de 2018**, e as contempladas pelo enunciado da Súmula n.º 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “O portador de visão monocular tem direito de concorrer em Concurso Público às Vagas reservadas aos deficientes”.

5.3 Ao ser convocado, o candidato deverá apresentar Laudo Médico (original) emitido por profissional atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua Prova, observados os demais requisitos estabelecidos no Edital do Concurso Público.

5.3.1. Será eliminado da lista de candidato com deficiência o candidato, cuja deficiência, assinalada no Formulário de Inscrição *on-line*, não se constate, devendo este constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

5.3.2. Será eliminado do Concurso Público o candidato, cuja deficiência assinalada no Formulário de Inscrição *on-line* seja incompatível com o Emprego Público pretendido.

5.4. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato com deficiência obedecerá ao disposto **Lei Complementar n.º 683, de 18 de setembro 1992**, alterada pela **Lei Complementar n.º 932, de 08 de novembro 2002**, e regulamentada pelo **Decreto n.º 59.591, de 14 de outubro de 2013**, no Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Artigo 44 e ao disposto no Decreto n.º 9.508, de 24 de setembro de 2018, Artigo 5º, conforme o especificado a seguir:

5.4.1. No prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação das listas de classificação, os portadores de deficiência aprovados deverão submeter-se à perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do Emprego Público.

5.4.1.1. A Comissão Especial de Concurso Público da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** executará as providências relativas ao agendamento da Perícia Médica e dará ciência aos candidatos com deficiência quanto à data, horário e local de sua realização, por meio de Edital a ser publicado em **Diário Oficial do Estado Eletrônico**.

5.4.1.2. A deficiência existente jamais poderá ser arguida para justificar readaptação funcional ou concessão de aposentadoria, salvo se dela advierem complicações que venham a produzir incapacidade ocupacional parcial ou total.

5.4.2. O Órgão Médico Oficial do Estado, o Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), emitirá parecer observando:

- a) as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
- b) a natureza das atribuições e tarefas essenciais do Emprego Público a desempenhar;
- c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
- d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; e
- e) o código da Classificação Internacional de Doenças (CID) e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

5.4.2.1. O candidato, cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com o Emprego Público a ser desempenhado, será desclassificado.

5.5. Os candidatos com deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das Provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de Aplicação das Provas e à nota mínima exigida de aprovação, para todos os demais candidatos.

5.6. No ato da inscrição, a Pessoa com Deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias de Prova deverá requerê-lo, indicando as condições de que necessita para a realização das Provas (materiais, equipamentos, Intérprete de Libras, Intérprete para Leitura Labial, Prova em Braille, Ampliada, Auxílio de Ledor e/ou Tempo Adicional), devendo encaminhar a sua solicitação conforme estabelecido no **item 5.8 e suas alíneas**, deste Capítulo.



5.6.1. O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência que necessitar de Tempo Adicional para a realização das Provas deverá requerê-lo, **com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, encaminhada até 01 (um) dia útil da data de encerramento das inscrições (08 de abril de 2022)**, conforme modelo constante do **Anexo III** do Edital.

5.7. O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência deverá especificar, no Formulário de Inscrição *on-line*, a sua deficiência.

5.8. Durante o período de inscrições **(02 de março a 07 de abril de 2022)**, com prazo para envio **até às 23h59min do dia 08 de abril de 2022**, por **upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: “LAUDO MÉDICO”**, a documentação e solicitação a seguir:

a) cópia autenticada do **Laudo Médico**, com data de expedição de, no máximo, **02 (dois) anos retroativo, a contar da data de início da inscrição do Concurso Público, quando a deficiência for permanente ou de longa duração ou de 01 (uma) ano** retroativo à data de início das inscrições, as demais deficiências, assinado por Médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) e que nele conste, para fins comprobatórios, o número de registro do Médico na referida entidade de classe, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência, assinatura do Médico e o número do Conselho Regional de Medicina (CRM), inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, número da Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE), número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a opção do Emprego Público; **e**

b) requerimento de solicitação de Condição Especial para realização da Prova, quando for o caso, informando quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, Intérprete de Libras, Intérprete para Leitura Labial, Prova em Braille, Ampliada, Auxílio de Ledor e/ou Tempo Adicional).

5.8.1 Os documentos previstos no **item 5.8. alíneas “a” e “b”**, deverão ser encaminhados **até às 23h59min do dia 08 de abril de 2022**, por **upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico “LAUDO MÉDICO”**.

5.8.2. Antes de encaminhar a(s) solicitação(ões) e/ou o documento comprobatório, o candidato deverá:

a) **digitalizar as cópias dos documentos** e salvar o arquivo **em formato: PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;

b) no caso de **Documento Digital**, baixar o arquivo e enviar **em formato PDF, JPG ou GIF**, com até **10 (dez) MB**;

c) os documentos que possuírem frente e verso deverão ser digitalizados em ambos os lados do documento;

d) conferir a qualidade da imagem digitalizada dos documentos; e

e) verificar se a imagem está nítida, se está completa, se é possível realizar a leitura com clareza de todas as informações, se está orientada corretamente e/ou outros detalhes que possam comprometer a correta leitura de seu conteúdo.

5.8.3. Os documentos obtidos por meio digital (via *Internet*) deverão atender as seguintes condições:

a) conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante; **e**

b) conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

5.8.4. O **INSTITUTO MAIS** e a **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** não se responsabilizam por solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, **encaminhamento para link diverso do previsto em Edital**, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.9. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.10. O candidato que não atender, dentro do prazo do período das inscrições, aos dispositivos mencionados no **item 5.8 e seus subitens e alíneas** não terá a Condição Especial atendida ou não será considerado Pessoa com Deficiência, seja qual for o motivo alegado.

5.10.1. O candidato que, no ato da inscrição, declarar ser Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome publicado na Lista Geral dos aprovados e em Lista Específica.

5.10.2. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

5.11. O Laudo Médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e **não será devolvido**.

5.12. Após a contratação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria ou readaptação do Emprego Público.

VI – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

6.1. Ao candidato Preto, Pardo ou Indígena que pretenda fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas na **Lei Complementar n.º 1.259**, de 15 de janeiro de 2015, regulamentada pelo **Decreto Estadual n.º 63.979**, de 19 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado, de 20 de dezembro de 2018, poderá fazer jus à pontuação diferenciada, sendo beneficiado mediante acréscimo na pontuação final, em cada fase do Concurso Público, conforme fatores de equiparação especificados no referido Decreto Estadual.



6.2. Para obter a pontuação diferenciada, o candidato no ato de inscrição, deverá simultaneamente:

- a) **declarar-se** Preto, Pardo ou Indígena;
- b) **declarar**, sob as penas da Lei, que não foi eliminado de Concurso Público ou Processo Seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de contratação ou admissão, em decorrência da falsidade da Autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 1.259, de 15 de janeiro de 2015;
- c) **manifestar** interesse em utilizar a pontuação diferenciada, nos termos expressos no Decreto Estadual n.º 63.979/18; e
- d) **encaminhar** documentação conforme estabelecido no **item 6.4** e suas alíneas e subitens.

6.3. É permitido ao candidato declarar-se Preto, Pardo ou Indígena e manifestar que não deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada, submetendo-se às regras gerais estabelecidas no Edital do certame, para tanto terá seus direitos exauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas no Edital do certame, e não poderá impetrar recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

6.4. Para fazer jus à pontuação diferenciada referida no item 6.1 e comprovar o estabelecido no item 6.2, deste Edital, o candidato deverá:

- a) **declarar** essa condição em seu Formulário de Inscrição *on-line* e **encaminhar** cópia do Formulário de Inscrição *on-line*;
- b) **preencher** a Autodeclaração constante do **Anexo VI**, deste Edital;
- c) **encaminhar cópia colorida** da Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE) do candidato;
- d) **encaminhar cópia colorida** da Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE) do(s) ascendente(s) do candidato;
- e) **encaminhar** 01 (uma) foto 5x7, nítida e atualizada do candidato (datada);
- f) **no caso de Indígena, encaminhar** cópia do Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI) próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI) de um dos seus genitores.

6.4.1. Os documentos solicitados no **item 6.4 e suas alíneas** deverão ser encaminhados, através de documentos digitalizados, durante o período das inscrições (**02 de março a 07 de abril de 2022**), com prazo para envio **por upload no site www.institutomais.org.br, na Área Restrita do candidato, em link específico, com Ref.: “ SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS”** até o dia **08 de abril de 2022**.

6.4.1.1. Para imprimir o Formulário de Inscrição *on-line* o candidato deverá acessar o *site* do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**, clicar no *link* “**Meus Concursos**”, digitando o número do seu CPF e sua senha de acesso, e clicar no Ícone “**Situação da Inscrição**”.

6.5. O não cumprimento, pelo candidato, do disposto no **item 6.4, suas alíneas e subitem 6.4.1**, deste Edital, acarretará sua participação somente nas demais Listas, se for o caso, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, questionamento posterior a respeito da questão.

6.5.1. Após o prazo de inscrição fica proibida qualquer inclusão ou exclusão, a pedido do candidato, na Lista de candidatos Pretos, Pardos ou Indígenas.

6.6. Após o término das inscrições, a relação final com os nomes de todos os candidatos que participaram do Concurso Público por meio do sistema de pontuação diferenciada será divulgada, na data provável de **22 de abril de 2022**, nos *sites* do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO (www.prosangue.sp.gov.br)**.

6.7. Os candidatos que optarem por utilizar o sistema de pontuação diferenciada participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das Provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de Aplicação das Provas e à nota mínima exigida de aprovação, para todos os demais candidatos.

6.8. Os candidatos autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas, que optaram por participar do Concurso Público pelo sistema de pontuação diferenciada, terão seus nomes divulgados por meio de Edital a ser publicado nos *sites* do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)** e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO (www.prosangue.sp.gov.br)**, para procedimento de ratificação da autodeclaração firmada, **que poderá ser realizada de forma presencial, através da análise da documentação enviada conforme item 6.4 e subitem 6.4.1, através da Comissão Especialmente Designada para procedimento de ratificação da autodeclaração firmada.**

6.8.1. A aferição da veracidade da Autodeclaração de que trata o **item 6.8**, será efetuada pela Comissão Especial, contratada para esse fim, observadas as recomendações expressas na Instrução CPPNI 1, de 08/05/2019 e CPPNI 2, de 15/07/2019.

6.8.2. A **Comissão Especial de Veracidade da Autodeclaração** deverá observar, na composição de suas bancas de heteroidentificação, as diretrizes de que trata os itens 5.1.1 à 5.1.2.4 da Instrução CPPNI 1, de 08/05/2019.

6.8.2.1. A **Comissão Especial de Veracidade da Autodeclaração** será composta por cinco membros e seus suplentes, sendo que ao menos um de seus membros seja preto ou pardo e deverá atender ao critério da diversidade, garantindo que seus membros sejam distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

6.8.2.2. Os membros da **Comissão Especial de Veracidade da Autodeclaração** assinarão termo de confidencialidade sobre as informações pessoais dos candidatos a que tiverem acesso durante o procedimento de heteroidentificação.

6.8.3. Para aferição da veracidade da autoclassificação de candidatos Pretos e Pardos será verificada a fenotipia.



6.8.4. Para verificação da veracidade da autodeclaração do candidato indígena será exigido o Registro Administrativo de Nascimento do Índio (RANI) próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio (RANI) de um de seus genitores.

6.8.5. Havendo dúvidas quanto à fenotípia, será considerado o critério de ascendência.

6.8.6. Para comprovação da ascendência, será verificado, na mesma data da verificação da autodeclaração, a apresentação de documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito para obtenção do benefício.

6.8.7. A ratificação da autodeclaração firmada através de **Comissão Especial de Veracidade da Autodeclaração** será realizada em local a ser definido conforme conveniência da Comissão Especial de Veracidade da Autodeclaração.

6.8.8. O candidato que deixar de cumprir as exigências relativas ao processo de heteroidentificação será eliminado do Concurso Público.

6.8.9. A autodeclaração terá validade somente para este Concurso Público.

6.8.10. A **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** e o **INSTITUTO MAIS** eximem-se das despesas advindas desta fase, não assumindo, portanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento dos candidatos.

6.8.11. A verificação da veracidade da autodeclaração será realizada **após** a realização da Prova Objetiva e **antes** da divulgação do **Resultado Final das Provas Objetivas**, nos termos do §1º do Artigo 9º do Decreto n.º 63.979/2018, apenas dos candidatos que obtiveram desempenho mínimo conforme **Capítulo IX**, deste Edital.

6.8.12. Constatada a falsidade da autodeclaração de que trata o **item 6.4**, deste Capítulo, o candidato será eliminado do Concurso Público e, se houver sido admitido, sujeitar-se-á à anulação do respectivo contrato de trabalho, conforme o disposto no parágrafo único da Lei Complementar n.º 1.259/2015.

6.8.12.1. Ao candidato que vier a ser eliminado do Concurso Público em virtude da constatação de falsidade de sua autodeclaração é facultado, no prazo de 07 (sete) dias, opor pedido de reconsideração, dirigido à Comissão Especial do Concurso que poderá consultar, se for o caso, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena para decidir, em última instância, a respeito do direito do candidato a fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada.

6.8.13. O não envio dos documentos comprobatórios de que trata o **item 6.4**, implicará no indeferimento da opção de que trata o **item 6.4**, deste Capítulo.

6.9. A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a Pretos, Pardos ou Indígenas, em todas as fases do Concurso Público é:

$$PD = \left(\frac{M_{CA} - M_{CPPI}}{M_{CPPI}} \right)$$

Onde:

- **PD** é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do Concurso Público, de todos os candidatos Pretos, Pardos ou Indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.
- **MCA** é a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados. Entende-se por "ampla concorrência" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como Pretos, Pardos ou Indígenas e aqueles que, tendo se declarado Pretos, Pardos ou Indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.
- **MCPPI** é a pontuação média da concorrência PPI entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

6.9.1. Para o cálculo das notas médias, tanto para os candidatos PPI, quanto dos da ampla concorrência, devem ser utilizadas apenas as notas simples dos candidatos que seriam habilitados, antes da aplicação da pontuação diferenciada.

6.9.2. Entende-se por candidato inabilitado aquele que NÃO alcançar ou superar o desempenho mínimo do Concurso Público em referência.

6.10. A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de Pretos, Pardos ou Indígenas em cada fase do Concurso Público é:

$$NF_{CPPI} = (1 + PD) \cdot NS_{CPPI}$$

Onde:

- **NFCPPI** é a nota final na fase do Concurso Público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do Concurso Público. Ao término da fase de Concurso Público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.
- **NSCPPI** é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

6.11. Os cálculos a que se referem os **itens 6.9** e **6.10**, deste Capítulo, devem considerar 02 (duas) casas decimais, sendo que frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.



6.12. Os cálculos já efetuados referentes à pontuação diferenciada, relativos ao desempenho médio dos candidatos, não serão refeitos ou alterados em virtude da exclusão de candidatos por falsidade na autodeclaração.

6.13. A pontuação diferenciada também não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência dos (PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

6.14. Ao candidato Preto, Pardo ou Indígena, que seja Pessoa com Deficiência é assegurado o direito de manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada, de que trata este Capítulo, cumulativamente com os direitos a ele conferidos pela Lei Complementar n.º 683, de 18 de setembro de 1992, alterada pela Lei Complementar n.º 932, de 08 de novembro de 2002, e regulamentada pelo Decreto n.º 59.591, de 14 de outubro de 2013, que dispõe sobre reserva, nos Concursos Públicos, de percentual de Cargos e Empregos Públicos para Pessoa com Deficiência, conforme especificado no **Capítulo V**, deste Edital.

VII – DAS PROVAS

7.1. O Concurso Público constará das seguintes Provas:

EMPREGOS PÚBLICOS	TIPO DE PROVA	CONTEÚDO	Nº DE ITENS
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO			
101 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Matemática	10
		Noções de Informática	10
ENSINO MÉDIO COMPLETO OU TÉCNICO COMPLETO			
201 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Objetiva	Língua Portuguesa	08
		Matemática	07
		Noções de Informática	05
		Conhecimentos Específicos	20
SUPERIOR COMPLETO			
301 – ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	Objetiva	Língua Portuguesa	10
		Noções de Informática	10
		Conhecimentos Específicos	20
302 – BIOLOGISTA	Objetiva	Língua Portuguesa	08
		Noções de Informática	05
		Legislação	07
		Conhecimentos Específicos	20
303 – ENFERMEIRO	Objetiva	Língua Portuguesa	08
		Noções de Informática	05
		Legislação	07
		Conhecimentos Específicos	20

7.2. As **Provas Objetivas**, para todos os Empregos Públicos, são de **caráter eliminatório e classificatório**, constarão de questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas cada, que terão uma única resposta correta. Versarão sobre os Conteúdos Programáticos contidos no **Anexo II**, deste Edital, e buscarão avaliar o grau de conhecimento do candidato para o desempenho do Emprego Público e serão avaliadas conforme **Capítulo IX**, deste Edital.

VIII – DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E TÍTULOS

8.1. As **Provas Objetivas**, para todos os Empregos Públicos, serão realizadas na cidade de **São Paulo/SP**, na data prevista de **15 de maio de 2022**, em locais e horários a serem comunicados oportunamente no **Edital de Convocação para as Provas**, nos **sites** do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** (www.prosangue.sp.gov.br), bem como divulgado no **Diário Oficial de São Paulo Eletrônico**, conforme estabelecidos a seguir:



DATA PREVISTA DA PROVA / PERÍODO	EMPREGOS PÚBLICOS
15/05/2022 (MANHÃ)	101 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 301 – ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA 302 –BIOLOGISTA 304 – ENFERMEIRO
15/05/2022 (TARDE)	201 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

8.1.1. Ao candidato só será permitida a participação nas Provas na respectiva data, horário e local constante no **Edital de Convocação**, publicado nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** (www.prosangue.sp.gov.br), bem como divulgado no **Diário Oficial de São Paulo Eletrônico**.

8.1.2. Não será permitida, em hipótese alguma, realização das Provas em outra data, horário ou fora do local designado.

8.1.3. **Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de Prova.**

8.2. Os eventuais erros de digitação de **número de Documento de Identidade**, **sexo** e **endereço**, poderão ser corrigidos no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br), em até **02 (dois) dias corridos** após a aplicação das Provas, no Menu "**Meus Concursos**", Ícone "**Correção Cadastral**", sendo obrigatório ser informado para o Fiscal da Sala, no dia de realização da Prova, e registrado a referida correção na **Ata da Sala**.

8.2.1. Caso exista a necessidade de ser efetuado correção de **nome** e da **data de nascimento**, no dia de realização da Prova, o candidato deverá solicitar ao Fiscal da Sala a devida correção, a qual será realizada em **Formulário Específico**, devendo ser assinado pelo candidato e pelo Coordenador do local de aplicação das Provas.

8.2.2. A correção de **e-mail** somente poderá ser efetuada através do **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do **INSTITUTO MAIS**, enviando mensagem para sac@institutomais.org.br OU entrar em contato através do telefone (11) 2659-5746, no horário das 10h00min às 12h00min ou das 13h30min às 16h30min (Horário Oficial de Brasília/DF), exceto aos sábados, domingos e feriados.

8.2.3. Não será efetuada, em hipótese alguma, alteração do Emprego Público.

8.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a Prova com antecedência **mínima de 30 (trinta) minutos**, munido de:

a) comprovante de inscrição e comprovante de pagamento do boleto bancário (que só será solicitado caso o candidato não conste da lista de inscritos);

b) **ORIGINAL** de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE); Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CREA, CRF, CRQ, etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/1997). **NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS DIGITAIS para a realização das provas;**

c) caneta esferográfica de tinta azul ou preta, **de corpo transparente**; e

d) máscara de proteção individual, cobrindo adequadamente boca e nariz, sem a qual não será permitida a realização da prova. Se o candidato entender que é necessário, poderá utilizar protetor facial transparente, luvas e álcool gel.

8.3.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

8.3.2. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento **não** terão validade como documento de identidade.

8.3.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das Provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em Formulário Específico.

8.3.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

8.3.3.2. No dia da realização da Prova, o **INSTITUTO MAIS** poderá submeter os candidatos à revista, por meio de detector de metais.

8.3.3.2.1. Caso constatado, na revista por meio do detector de metais, que o candidato, após o início das Provas, está portando aparelhos eletrônicos e/ou aparelho celular, independentemente de estar acondicionado na embalagem cedida para guarda de seus pertences, o candidato será eliminado do Concurso Público nos termos do **subitem 8.14.6**.

8.3.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

8.3.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

8.4. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato.



8.5. No dia da realização da Prova, na hipótese de o candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de Prova estabelecidos no Edital de Convocação, o **INSTITUTO MAIS** procederá à inclusão do referido candidato por meio de preenchimento de Formulário Específico, mediante a apresentação do comprovante de inscrição e pagamento.

8.5.1. A inclusão, de que trata o **item 8.5**, será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **INSTITUTO MAIS** na fase de julgamento das Provas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

8.5.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o **item 8.5**, esta será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6. No dia da realização das Provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer no local de exame com armas e/ou utilizar aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, *bip*, gravador, *notebook*, *pendrive*, *pager*, *palmtop*, receptor, **telefone celular**, *walkman*, *MP3 Player*, *tablet*, *ipod*, **qualquer tipo de relógio**) e/ou outros equipamentos similares, bem como protetor auricular e/ou fones de ouvido, sendo que o descumprimento desta instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

8.6.1. O candidato que estiver portando equipamento eletrônico, como os indicados no **item 8.6**, deverá desligá-lo, ter a respectiva bateria retirada, quando possível, e acondicioná-lo em embalagem cedida para guardar, permanecendo nesta condição até a saída do candidato do local de realização das Provas, sendo que o **INSTITUTO MAIS** não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das Provas, nem por danos neles causados.

8.6.2. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização da **Prova Objetiva**, **mesmo acondicionado em embalagem cedida para guarda de pertences e/ou bolsa do candidato**, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

8.6.2.1. A utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de Prova. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua Prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer aparelhos eletrônicos, sendo recomendável que a embalagem, não reutilizável, fornecida para o recolhimento de tais aparelhos, somente seja rompida após a saída do candidato do local de Provas.

8.6.3. Para a segurança de todos os envolvidos no Concurso Público, é vedado que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das Provas, salvo os candidatos amparados pela Lei Federal n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e alterações.

8.6.3.1. O candidato que estiver portando arma de fogo, amparados pela Lei mencionada no **subitem 8.6.3**, deverá realizar o desmuniamento da mesma e acondicioná-la em embalagem cedida para guardar, permanecendo nesta condição até a saída do candidato do local de realização das Provas.

8.6.4. Durante a realização da Prova, o candidato que quiser ir ao sanitário deverá solicitar ao Fiscal da Sala sua saída e este designará um Fiscal Volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo o candidato manter-se em silêncio durante todo o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista por meio de detector de metais.

8.6.4.1. Na situação descrita no **subitem 8.6.4**, se for detectado que o candidato estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, **mesmo acondicionado em embalagem cedida para guarda de pertences e/ou bolsa do candidato**, este será eliminado automaticamente do Concurso Público.

8.6.4.2. Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as Provas, aqueles que, por razões de saúde, porventura façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverão comunicar previamente ao **INSTITUTO MAIS** acerca da situação. Estes candidatos deverão ainda comparecer ao local de Provas munidos dos exames e laudos que comprovem o uso de equipamentos.

8.7. Durante a realização das **Provas Objetivas**, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

8.8. Não será admitido, durante a Prova, o uso de boné, lenço, chapéu, gorro ou qualquer outro acessório que cubra a cabeça e/ou as orelhas do candidato.

8.8.1. Não há proibição quanto ao uso de lápis, desde que não seja tabuada ou que contenha instrumento de cálculo, lapiseira de corpo transparente, apontador e borracha sem invólucro. Os demais materiais não serão permitidos.

8.9. Quanto às Provas Objetivas:

8.9.1. Para a realização das **Provas Objetivas**, o candidato lerá as questões no Caderno de Questões e fará a devida marcação na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, **de corpo transparente**.

8.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras, ainda que ilegíveis, mesmo que uma delas esteja correta.

8.9.1.2. Não deverá ser feita qualquer marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.10. Ao terminar a Prova, o candidato entregará ao Fiscal da sala a sua Folha de Respostas da Prova Objetiva, pois será o único documento válido para a correção.

8.11. Visando a transparência e lisura do certame, o **INSTITUTO MAIS** fará a coleta de impressão digital durante a realização das provas.

8.12. A totalidade das **Provas Objetivas** terá a duração de **03h00min (três horas)**.



- 8.12.1.** Iniciadas as Provas, os candidatos não poderão retirar-se da sala antes de decorrida **01 (uma) hora** do início das mesmas.
- 8.12.2.** Após o tempo mínimo de permanência em sala, conforme o estabelecido acima, ao terminar a sua Prova, o candidato poderá levar o Caderno de Questões de **Prova Objetiva**, deixando com o Fiscal da Sala a sua Folha de Respostas da **Prova Objetiva**, que será o único documento válido para a correção.
- 8.12.3.** O candidato após entregar todo o material correspondente à Prova realizada para o Fiscal da Sala, deverá, imediatamente, retirar-se da sala e do prédio, bem como, não poderá utilizar os banheiros.
- 8.12.4. O candidato que desejar utilizar o banheiro, antes de sair do prédio, deverá solicitar o acompanhamento de um Fiscal antes de entregar o material correspondente a sua Prova.**
- 8.13.** A Folha de Respostas dos candidatos será personalizada, impossibilitando a substituição.
- 8.14.** Será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que:
- 8.14.1.** Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais ou horários pré-determinados;
- 8.14.2.** Não apresentar o documento de identidade exigido no **item 8.3**, alínea "b", deste Capítulo;
- 8.14.3.** Não comparecer à Prova, seja qual for o motivo alegado;
- 8.14.4.** Ausentar-se da sala de Prova sem o acompanhamento do Fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no **subitem 8.12.1**, deste Capítulo, seja qual for o motivo alegado;
- 8.14.5.** For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a Prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;
- 8.14.6.** For surpreendido portando agenda eletrônica, *bip*, gravador, *notebook*, *pendrive*, *pager*, *palmtop*, receptor, **telefone celular**, *walkman*, *MP3 Player*, *tablet*, *ipod*, **qualquer tipo de relógio** e/ou outros equipamentos similares, bem como protetor auricular e/ou fones de ouvido;
- 8.14.7.** Tiver o funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização das Provas;
- 8.14.8.** Lançar mão de meios ilícitos para executar as Provas;
- 8.14.9.** Não devolver a(s) Folha(s) de Respostas cedida(s) para a realização das Provas;
- 8.14.10.** Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos Examinadores, Executores e seus Auxiliares, ou Autoridades presentes;
- 8.14.11.** Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- 8.14.12.** Ausentar-se da sala de Provas, a qualquer tempo, portando a(s) Folha(s) de Respostas;
- 8.14.13.** Não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões e na(s) Folha(s) de Respostas;
- 8.14.14.** Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público;
- 8.14.15.** Recusar-se a se submeter ao sistema de detecção de metal e coleta de impressão digital;
- 8.14.16.** For surpreendido portando qualquer equipamento eletrônico ao utilizar os sanitários; e
- 8.14.17.** Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações, acerca do local da Prova e de seus participantes.
- 8.15.** Constatado, após a Prova, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por qualquer outro meio, ter o candidato utilizado procedimentos ilícitos, sua Prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.
- 8.16.** Não haverá, por qualquer motivo alegado, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da Prova em razão de afastamento do candidato da sala de Prova.
- 8.17.** A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da Prova será de sua exclusiva responsabilidade.
- 8.18.** Ocorrendo alguma situação de emergência, o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A Equipe de Coordenação responsável pela aplicação da Prova dará todo o apoio que for necessário.
- 8.19.** Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, este não poderá retornar ao local de sua Prova, sendo eliminado do Concurso Público.
- 8.20.** O local de realização das Provas será de acesso exclusivo dos candidatos convocados, da Equipe de Coordenação, Fiscais e Apoios, não sendo permitido permanecer no local qualquer acompanhante de candidatos (idosos, menores de idade que não necessitem de amamentação, etc.), bem como aqueles que já realizaram a referida Prova.
- 8.21.** A candidata lactante que necessitar amamentar no dia da realização das Provas, deverá encaminhar sua solicitação de atendimento especial, **em até 05 (cinco) dias antes da realização da Prova**, por meio do **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** do INSTITUTO MAIS, enviando mensagem para **sac@institutomais.org.br**, identificando seu nome, Emprego Público, CPF e o nome do Concurso Público para o qual está concorrendo: **"CONCURSO PÚBLICO – FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO – Edital nº 01/2022 – Ref.: "AMAMENTAÇÃO"**.



8.21.1 No dia da realização da Prova, deverá levar um acompanhante, sendo esta indicação de sua inteira responsabilidade, cuja pessoa deverá possuir maioria legal e permanecer em sala reservada para essa finalidade, sendo responsável pela guarda da criança.

8.21.2. Durante o período em que a candidata estiver amamentando, ela deverá permanecer no local designado pela Coordenação para este fim e, ainda, na presença de uma Fiscal, respeitando todas as demais normas estabelecidas neste Edital.

8.21.3. O acompanhante que ficará responsável pela criança também deverá permanecer no local designado pela Coordenação e submeter-se-á a todas as normas constantes deste Edital, inclusive no tocante ao uso de equipamentos eletrônicos e celular, bem como deverá apresentar um dos documentos previstos na **alínea "b"**, do **item 8.3** para acessar o local designado e permanecer nele.

8.21.4. O **INSTITUTO MAIS** não disponibilizará acompanhante para guarda de criança. Assim, a candidata, nesta condição, que não levar acompanhante, não realizará as Provas.

8.21.5. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

8.22. No dia da realização da Prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da Equipe de Coordenação da Prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das Provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.23. Quanto aos Cadernos de Questões, após a distribuição destes e antes do início da Prova, sob hipótese ainda que remota, de ocorrência de falhas na impressão, haverá substituição dos Cadernos com manchas, borrões e/ou qualquer imperfeição que impeça a nítida visualização da Prova.

8.23.1. Na hipótese, ainda que remota, de falta de Cadernos para substituição, será feita a leitura dos itens onde ocorreram as falhas, utilizando-se um Caderno completo.

8.24. A verificação de eventuais falhas no Caderno de Questões, mencionadas no **item 8.23** e **seu subitem**, deste Capítulo, deverá ser realizada pelo candidato, antes do início da Prova e após determinação do Fiscal, não sendo aceitas reclamações posteriores.

8.25. Os Gabaritos das **Provas Objetivas**, considerados como corretos, serão divulgados no endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**, na data prevista de **16 de maio de 2022 – após às 14h00**.

8.26. Os **02 (dois) últimos candidatos** em sala deverão permanecer na mesma até que o último deles termine a Prova.

8.27. O candidato que insistir em sair antes dos prazos estabelecidos neste Capítulo, descumprindo as informações estabelecidas, deverá assinar termo de ocorrência, declarando sua desistência do Concurso Público, o que será lavrado pela Equipe de Coordenação passando à condição de candidato eliminado.

8.28. O candidato que necessitar de **Comprovante de Comparecimento**, deverá solicitar ao Fiscal da Sala, onde estiver realizando a Prova, e, ao seu término, deverá retirar junto à Equipe de Coordenação. Não serão emitidos Comprovaes de Comparecimento após a data de realização da Prova.

IX – DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

9.1. As **Provas Objetivas** serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

9.2. Na avaliação da prova, será utilizado o Escore Bruto.

9.3. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na Prova.

9.3.1. Para se chegar ao total de pontos, o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da Prova e multiplicar pelo número de questões acertadas. O cálculo final será igual ao total de pontos do candidato.

9.4. Será considerado habilitado o candidato que obtiver pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos nas **Provas Objetivas**.

9.5. Em hipótese alguma, haverá revisão de Provas.

9.6. Caberá recurso do Resultado Provisório das **Provas Objetivas**, conforme estabelecido no **Capítulo X**, deste Edital.

X – DOS RECURSOS

10.1. Serão admitidos recursos a serem interpostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da:

a) divulgação do **Resultado da Análise dos Pedidos de Isenções**;

b) divulgação dos **Deferimentos, Indeferimentos** (candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência, exerceram a Função de Jurado, solicitaram atendimento especializado para realização da Prova ou optaram pelo Sistemas de Pontuação Diferenciada para Pretos, Pardos e Indígenas – PPI) e **Homologação das Inscrições** (Relação dos Insritos);

c) aplicação das **Provas Objetivas**;

d) divulgação dos **Gabaritos Provisórios das Provas Objetivas**; e

e) divulgação dos **Resultados Provisórios das Provas Objetivas**.

10.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico do **INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br)**



e seguir as instruções ali contidas.

10.3. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.

10.4. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter o nome do Concurso Público, nome do candidato, número de inscrição, endereço eletrônico e o seu questionamento.

10.5. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no **item 10.1**.

10.6. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso Público.

10.7. Não serão aceitos recursos interpostos por correspondência (SEDEX, AR, telegrama etc.), *fac-símile*, *Telex*, via SAC ou outro meio que não seja o estabelecido no **item 10.2**.

10.8. O ponto relativo a uma questão eventualmente anulada será atribuído a todos os candidatos presentes às Provas, exceto no caso em que o candidato já tenha obtido o ponto por ocasião da divulgação do gabarito após realização da Prova Objetiva e antes do prazo recursal.

10.8.1. A quantidade de questões estabelecidas no **Capítulo VII**, bem como os critérios estabelecidos no **Capítulo XI**, não sofrerá alteração em razão de questão eventualmente anulada.

10.8.2. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

10.8.3. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o Resultado Final do Concurso Público.

10.9. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

10.9.1. Em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;

10.9.2. Fora do prazo estabelecido;

10.9.3. Sem fundamentação lógica e consistente; e

10.9.4. Com argumentação idêntica a outros recursos.

10.10. Em hipótese alguma, serão aceitos revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso de Gabarito Final Definitivo.

10.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente, aos pedidos deferidos e indeferidos, por meio nos *sites* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** (www.prosangue.sp.gov.br).

10.12. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

10.13. O **INSTITUTO MAIS** e a **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** não se responsabilizam por recursos via *Internet* não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

XI – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RESULTADOS DOS CANDIDATOS

11.1. A Nota Final de cada candidato será **IGUAL ao total de pontos obtidos nas Provas Objetivas**:

11.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente, da Nota Final, em lista de classificação por Emprego Público.

11.3. A publicação do Resultado definitivo do Concurso Público será feita em **02 (duas) listas**, na seguinte conformidade:

11.3.1. Lista Geral, com a classificação dos candidatos aprovados, inclusive das Pessoas com Deficiência – PcD, na forma da legislação específica; e

11.3.2. Lista Específica, com a classificação das Pessoas com Deficiência – PcD, aprovadas.

11.4. No caso de igualdade das Notas, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

a) tiver idade superior a 60 (sessenta) anos até o último dia das inscrições, atendendo ao que dispõe o Estatuto do Idoso – Lei Federal n.º 10.741/03;

b) obtiver maior número de acertos na Prova de **Conhecimentos Específicos**, quando houver;

c) obtiver maior número de acertos na Prova de **Língua Portuguesa**;

d) obtiver maior número de acertos na Prova de **Matemática**, quando houver;

e) obtiver maior número de acertos na Prova de **Legislação**, quando houver;

f) obtiver maior número de acertos na Prova de **Noções de Informática**, quando houver;

g) maior idade inferior a 60 (sessenta) anos até o último dia das inscrições;

h) exerceu efetivamente a Função de Jurado no período entre a data de publicação da Lei Federal n.º 11.689/08 até a data de publicação deste Edital; e

i) tiver inscrito no “Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal”.



11.5. O Resultado Final deste Concurso Público será publicado, na íntegra, nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO (www.prosangue.sp.gov.br), bem como no Diário Oficial de São Paulo Eletrônico.

11.6. O candidato não aprovado será eliminado do Concurso Público e não constará da lista de classificação definitiva.

11.7. A classificação, no presente Concurso, não gera aos candidatos direito à contratação para o Emprego Público, cabendo preferencialmente à FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos aprovados, respeitando sempre a ordem de classificação.

XII – DA INVESTIDURA DO EMPREGO PÚBLICO

12.1. A contratação dos candidatos obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados, observada a necessidade da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO e o limite fixado pela Constituição Federal, com despesa de pessoal.

12.1.1. A convocação para a contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação, não gerando, o fato da aprovação, direito à contratação, exceto para aqueles classificados dentro do número de Vagas oferecidas. Apesar do número de Vagas disponibilizadas no presente Edital, os aprovados e classificados além desse número **poderão** ser convocados para aquelas que vagarem e as que eventualmente forem criadas dentro do prazo da validade do presente Concurso Público.

12.2. Por ocasião da convocação que **antecede a contratação**, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para a contratação, que deram condições de inscrição e os requisitos, estabelecidos no presente Edital.

12.2.1. A convocação de que trata o **item 12.2** será realizada por meio de publicação no site da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO (www.prosangue.sp.gov.br), bem como no Diário Oficial de São Paulo Eletrônico, na data e horários estabelecidos no mesmo.

12.3. Para ser contratado, o candidato deverá atender, além dos requisitos que deram condições de inscrição e outras condições estabelecidas neste Edital, às condições para contratação.

12.4. Os candidatos convocados em conformidade com o **item 12.2** e **subitem 12.2.1** deverão obedecer aos prazos e horários estabelecidos na convocação, devendo apresentar os documentos discriminados a seguir:

- a) declaração de vínculos empregatícios anteriores;
- b) inscrição no PIS/PASEP atualizado;
- c) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- d) comprovante de residência atualizado;
- e) atestado de antecedentes criminais;
- f) carteira oficial de identidade (RG ou RNE) e cadastro de pessoa física (CPF);
- g) título de eleitor e último comprovante de votação;
- h) carteira de reservista (se do sexo masculino) ou certificado de dispensa da incorporação;
- i) certidão de casamento e carteira oficial de identidade (RG ou RNE) do cônjuge ou companheiro(a);
- j) certidão de nascimento de filhos menores de 18 (dezoito) anos e cadastro de pessoa física (CPF) aos maiores de 08 (oito) anos;
- k) declaração de bens ou última declaração de imposto de renda;
- l) declaração de dependentes para efeitos de imposto de renda;
- m) diploma ou histórico escolar autenticado;
- n) declaração de acúmulo de Emprego Público/Cargo e proventos;
- o) declaração de vínculo e/ou exoneração de outros Órgãos Públicos;
- p) declaração de não estar respondendo a processo relativo ao exercício da profissão;
- q) declaração de não ter sido demitido a bem do serviço público; e
- r) carteira de vacinação.

12.4.1. Caso haja necessidade, a FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO poderá solicitar outros documentos complementares.

12.5. Obedecida à ordem de classificação, os candidatos convocados serão submetidos a exame médico, que avaliará sua capacidade física e mental, para o desempenho das tarefas pertinentes ao Emprego Público a que concorrem, a ser realizado pelo Serviço Médico Credenciado do Município, o qual avaliará e emitirá Laudo Médico Admissional.

12.5.1. Se necessário o Médico do Trabalho a serviço da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO, poderá solicitar todo e qualquer exame médico que entender ser necessário para a conclusão adequada do diagnóstico laboral do candidato, sendo estes de responsabilidade do candidato.



12.6. Não serão aceitos, no ato da contratação, protocolos ou cópias dos documentos exigidos, sendo somente aceitos se estiverem acompanhados do original ou se forem autenticados.

12.7. No caso de desistência do candidato aprovado, quando convocado para uma Vaga, o fato será formalizado pelo candidato, por meio de assinatura de Termo de Desistência.

12.7.1. Se o candidato convocado nos termos do **item 12.2**, deste Edital, não comparecer no prazo previsto na convocação publicada pela **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, será considerado desistente e automaticamente excluído e desclassificado em caráter irrevogável e irretratável do Concurso Público.

12.7.2. O não cumprimento do **item 12.4 e subitem 12.4.1**, ocasionará a exclusão do candidato do Concurso Público.

12.8. Os candidatos aprovados e convocados no Concurso Público serão contratados pelo Regime Celetista.

XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital e/ou nas instruções constantes nas Provas, bem como o tratamento incorreto e/ou descortês a qualquer pessoa envolvida para aplicação.

13.3. A inexatidão das informações e/ou irregularidades e/ou falsidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da contratação, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

13.3.1. Comprovada a inexatidão ou irregularidades, descrita no **item 13.3**, deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o Artigo 299 do Código Penal.

13.4. Todos os cálculos descritos neste Edital, relativo ao Resultado das Provas, serão realizados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a 05 (cinco), exceto para os candidatos que optaram pela Pontuação Diferenciada para Pretos, Pardos e Indígenas cuja a forma de arredondamento está relacionada no Decreto nº 63.979, de 19 de dezembro de 2018..

13.5. Caberá ao Presidente da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** a Homologação do Resultado deste Concurso Público.

13.6. O prazo de validade deste Concurso Público será de **02 (dois) anos**, contados da data da Homologação de seus Resultados, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.

13.7. A **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** (www.prosangue.sp.gov.br) reserva-se o direito de proceder às convocações dos candidatos aprovados à contratação, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e os Empregos Públicos vagos existentes, durante o período de validade do Concurso Público.

13.8. O candidato se obriga a manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação da classificação definitiva junto ao **INSTITUTO MAIS** e, após esse período, desde que aprovado, na **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, não lhe cabendo qualquer reclamação caso não seja possível à **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** informá-lo da contratação, por falta da citada atualização.

13.9. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito ou circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no Diário Oficial de São Paulo Eletrônico.

13.10. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público (deslocamentos, hospedagem e alimentação) e à apresentação para contratação e exercício correrão às expensas do próprio candidato, eximindo-se a **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** e o **INSTITUTO MAIS** da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes das necessidades advindas da realização do Concurso Público.

13.11. O não atendimento pelo candidato, a qualquer tempo, de quaisquer das condições estabelecidas neste Edital, implicará em sua eliminação do Concurso Público.

13.12. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, Comunicados, Convocações, inclusive para os exames médicos e demais publicações referentes a este Concurso, no Diário Oficial de São Paulo Eletrônico.

13.12.1. Do mesmo modo é de responsabilidade do candidato acompanhar as informações no *site* do **INSTITUTO MAIS** (www.institutomais.org.br) e da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** (www.prosangue.sp.gov.br).

13.13. Os candidatos classificados serão contratados para os Empregos Públicos vagos, observando-se rigorosamente a ordem de classificação definitiva por Emprego Público, segundo a conveniência da Administração.

13.14. Toda menção a horário neste Edital e em outros atos dele decorrentes, terá como referência o Horário Oficial de Brasília/DF.

13.15. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos, serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** por meio de seus órgãos competentes e, pelo **INSTITUTO MAIS**, no que a cada um couber, ouvida sempre a Comissão do Concurso Público.



13.16. A **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO** e o **INSTITUTO MAIS**, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

13.17. A legislação a ser abordada no conteúdo programático será aquela vigente até a data de publicação do presente Edital.

São Paulo/SP, 18 de fevereiro de 2022.

PROF. DR. VANDERSON GERALDO ROCHA
Presidente da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO



ANEXO I
ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS EMPREGOS PÚBLICOS

EMPREGO PÚBLICO	ATRIBUIÇÃO BÁSICA DO EMPREGO PÚBLICO
101 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Recepcionar e prestar serviços de apoio a clientes internos e externos; prestar atendimento telefônico e fornecer informações. Observar regras internas de segurança, conferindo documentos de identificação. Coletar e entregar malotes, documentos e valores dentro e fora da instituição. Transportar caixas hermeticamente fechadas contendo hemocomponentes e materiais diversos dentro e fora do complexo Hospital das Clínicas. Executar atividades de serviços gerais e/ou fiscalizarem essas atividades, quando realizadas por terceiros nas suas áreas de atuação. Executar atividades correlatas.
201 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Executar serviços administrativos nas diversas áreas da Fundação Pró-Sangue auxiliando na elaboração de quadros, mapas e relatórios. Realizar controles diversos. Efetuar registros. Redigir comunicações internas de assuntos rotineiros. Arquivar e despachar correspondências. Executar serviços de digitação em geral. Atender clientes: fornecedores, doadores e colaboradores, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços. Efetuar a conferência dos serviços digitados, preenchendo formulários específicos de controle de produção. Efetuar cargas no sistema. Efetuar backup diário e mensal. Recepcionar e conferir materiais de estoque e de aplicação direta, de acordo com as especificações da Ordem de Compra e Nota Fiscal. Fazer lançamentos em ficha-prateleira das entradas e saídas dos materiais em estoque. Armazenar os materiais de estoque de forma adequada, garantindo a estocagem ordenada. Executar a separação e entrega dos materiais de acordo com a requisição interna. Operar sistemas informatizados e utilizar software de escritório em suas atividades. Participar de levantamentos de inventários físicos e anuais. Executar atividades correlatas.
301 – ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	Realizar atividades especializadas nos setores de administração geral nas diversas áreas de atuação. Planejam, organizam, controlam e assessoram nas unidades de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeiro, tecnológica entre outras; Conhecimentos de informática (Word, Excel, Internet). Ênfase em Pessoal e RH – elaborar todas as rotinas referentes à folha de pagamento, férias, afastamentos, rescisões, homologações, obrigações legais, processos trabalhistas, benefícios. Representar a Instituição como preposto junto a qualquer Órgão Oficial ou Sindicatos. Ênfase em Contabilidade, Custos, Finanças e Orçamentos: verificar a exatidão e regularidade dos processos, proceder a contabilização das receitas e despesas da instituição; por meio dos sistemas da instituição, registrando as Notas de Lançamentos, Notas de Empenho, Reservas de verbas, Ordem bancária e demais lançamentos contábeis, no Sistema SIAFEM; Elaborar relatórios Gerenciais mensais/ trimestrais e/ou anuais, Relatório de Atividades, Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, de custos e demais demonstrativos Contábeis e Financeiros. Ênfase em Compras. Desenvolver todas as atividades relacionadas com a Área. Conhecimento do sistema de compras pela BEC (Bolsa Eletrônica de Compras); da Lei de Licitações 8666 de 1993 e do Sistema SIAFISICO. Ênfase em Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC – Desenvolver todas as atividades inerentes à Área. Conhecimentos em administração de Lotus Notes, administração de Linux (Software Livre); configuração de equipamentos de Rede (Switch, roteadores); administração de banco de dados Progress e de servidores Alpha Server. Experiência comprovada em suporte a Office Automation; sistemas de gerenciamento e controle; suporte técnico aos usuários de informática; configuração e instalação de equipamentos de informática e em rede; back-up de dados dos sistemas existentes; manutenção aos bancos de dados. Ênfase em COMUNICAÇÃO – Contrato com instituições para realização de campanhas para doação voluntária de sangue, visando o suprimento de estoque de hemocomponentes. Realização de palestras para conscientização e sensibilização da população sobre doação de sangue. Coordenação e administração do cronograma de campanhas e eventos. Criação do material de comunicação (folders, folhetos, cartazes, banners, entre outros). Acompanhamento de material gráfico/ papelaria. Elaboração de relases/pautas e atendimento à imprensa/ veículos de comunicação. Executar atividades correlatas.



PROSANGUEDC|202202464



EMPREGO PÚBLICO	ATRIBUIÇÃO BÁSICA DO EMPREGO PÚBLICO
302 – BIOLOGISTA	Realizar atividades em vários setores do banco de sangue, a saber: Captação de doadores em postos da instituição e em locais estipulados. Triagem de doadores de sangue, entrevista clínica, supervisionado por um médico ou enfermeiro, teste de anemia, sinais vitais e orientações gerais ao doador. Processamento de estoque, receber o sangue total e preparar hemocomponentes (método manual ou automatizado). Armazenar, liberar e distribuir os hemocomponentes em temperaturas que variam de 20°C a + 22 °C. Procedimentos em sistema aberto e fechado (lavagem, filtração aliquoteada, reconstituição, filtração e concentração) e irradiação do hemocomponente. Receber e preparar as solicitações de hemocomponentes, separar, armazenar em temperatura para transporte e entregar ao solicitante. Gerenciar o estoque de sangue diariamente. Testes imunohematológicos em amostras de sangue e hemocomponentes utilizando técnica automatizada ou manual. Analisar o resultado e liberar. Teste por método sorológico ou de biologia molecular. Testes de pesquisa de hemoglobina anormais em amostras de doadores de sangue e paciente utilizando técnica manual ou automatizada. Analisar resultado e liberar teste de sorologia ou de biologia molecular para as doenças transmissíveis pelo sangue em amostra de doadores de sangue e paciente utilizando técnica manual ou automatizada. Analisar resultado e liberar. Preparar reagentes. Preparar e controlar a cultura de células. Efetuar testes que utilizam a técnica de citometria de fluxo. Controle de qualidade de todos os insumos utilizados no banco de sangue e hemocomponentes. Conhecimento da lei vigente no país para banco de sangue. Prover a qualidade do ambiente de trabalho, como controle de temperatura ambiente, limpeza e manutenção de equipamentos. Colaborar e desenvolver projetos (nacionais e internacionais) de pesquisa científica e publicação da instituição. Executar atividades correlatas.
303 – ENFERMEIRO	Realizar a triagem clínica dos doadores. Prestar atendimento e orientação aos doadores com relações adversas, antes, durante e pós-doação. Organizar e supervisionar as atividades desenvolvidas na Coleta Externa. Realizar e coordenar coleta de hemocomponentes nos procedimentos de aférese. Realizar pedido e controle de materiais e insumos utilizados na área. Providenciar a execução de reparos em equipamentos e instalações da área. Orientar e treinar auxiliares de enfermagem, estagiários e prestadores de serviços, dentro do departamento. Participar de protocolos e projetos junto à equipe médica. Participar de pesquisas científicas. Executar atividades correlatas.



ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
EMPREGO PÚBLICO: 101 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Língua Portuguesa:

Ortografia. Plural de substantivos e adjetivos. Conjugação de verbos. Concordância entre adjetivo e substantivo e entre o verbo e seu sujeito. Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas. Pontuação. Compreensão de textos. Separação silábica. Acentuação.

Matemática:

Operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão. Problemas envolvendo as quatro operações. Sistema de medidas. Sistema monetário brasileiro.

Noções de Informática:

Noções básicas de armazenamento de dados: arquivos, pastas, programas; MS Office: Word, Excel, PowerPoint e Outlook (Versão 2007 e/ou versão atualizada); conceitos básicos e características do sistema operacional Windows; conceitos e modos de utilização de ferramentas Internet Explorer; conceitos básicos de segurança da Informação com foco no comportamento do usuário.

ENSINO MÉDIO COMPLETO
EMPREGO PÚBLICO: 201 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Língua Portuguesa:

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal.

Matemática:

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume.

Noções de Informática:

Noções básicas de armazenamento de dados: arquivos, pastas, programas; MS Office: Word, Excel, PowerPoint e Outlook (Versão 2007 e/ou versão atualizada); conceitos básicos e características do sistema operacional Windows; conceitos e modos de utilização de ferramentas Internet Explorer; conceitos básicos de segurança da Informação com foco no comportamento do usuário.

Conhecimentos Específicos:

Serviço postal brasileiro: características, tipos de serviços e limitações. Setor de compras: características e gestão. Almoxarifado e estoque: características, controle e gestão. Gestão da qualidade: conceitos e ferramentas. Critérios para armazenamento no almoxarifado. Controle de entradas e saídas. Tipos de armazenamento. Técnicas para armazenagem de materiais. Contagem cíclica. Método de classificação ABC. Inventário físico: benefícios, periodicidade, etapas e recomendações. Controle de expedição, recebimento e arquivamento de documentos em geral. Noções sobre arquivo: conceitos básicos e técnicas de arquivamento. Noções Básicas da Lei n.º 8.666/1933 (Lei de Licitações), Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ENSINO SUPERIOR COMPLETO

EMPREGO PÚBLICO: 301 – ANALISTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Língua Portuguesa:

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal.

Noções de Informática:

MS-Windows 10 ou superior: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou superior. MS-Word 2016 ou superior: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2016 ou superior: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: Navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas. Noções Básicas sobre Linux/Unix.

Conhecimentos Específicos:

Administração geral e comportamento organizacional: noções básicas – as organizações e a administração, a evolução do pensamento em administração, abordagem humanista e comportamental; áreas funcionais da administração e suas funções básicas: administração de marketing, administração financeira, gestão de pessoas ou administração de recursos humanos – funções básicas; análise administrativa, mudança e cultura organizacional; Análise, desenho e melhoria de processos administrativos; Processo decisório e resolução de problemas. Gestão de Pessoas: gestão de pessoas por competência, mapeamento de perfis profissionais por competências, possibilidades e limites da gestão de pessoas no setor público, gestão estratégica de pessoas: liderança e poder; teorias da liderança; gestão de equipes; gestão participativa; desenvolvimento organizacional; mapeamento e análise de processos organizacionais, indicadores de desempenho; teorias da motivação; comunicação interpessoal; barreiras à comunicação; comunicação formal e informal na organização; administração de conflitos; qualidade de vida no trabalho; coaching – conceito, o processo, perguntas eficazes; tecnologia de processo e organização no trabalho; Administração Pública: princípios de direito administrativo; organização administrativa: administração direta e indireta; compras e contratações na administração pública: modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, termo de referência, projeto básico, contratos administrativos, gestão e fiscalização de contratos com mão de obra. Noções básicas de administração de serviços, administração de Sistemas de Informação, gestão estratégica de negócios, gestão de resultados, gestão de projetos. Técnicas de atendimento ao público; relações humanas e públicas; técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos e protocolos. Procedimentos administrativos em geral e noções de organização; redação oficial: modalidades, formas de tratamento, normas de utilização. Noções básicas de Portaria, Decreto, Edital, Ofício e Memorando. Competências do Ente Estadual, Administração Direta e Indireta. Administração de documentos: arquivos correntes e intermediários, permanentes, tipos de documentos, guarda e conservação de documentos, métodos de arquivamento. Administração de Recursos Materiais: conceituação de Material e Patrimônio na Administração Pública e tipos de controle. Noções de Administração de Recursos Humanos na Administração Pública: formas de ingresso; Regime Jurídico; Conceito de cargo, carreira e emprego público. Noções de Contrato e Compras na Administração Pública: formas de contratação; tipos de contrato. Conceito de pregão e tipos. Conceito de convênios e parcerias. Conceito de financiamento público e repasses de recursos. Lei de Acesso à Informação. Noções de planejamento, orçamento (Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Programa de Metas) e pagamentos (noções de contabilidade pública) na Administração Pública Municipal. Lei n.º 8.666/1933 (Lei de Licitações). Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ENSINO SUPERIOR COMPLETO
EMPREGO PÚBLICO: 302 – BIOLOGISTA

Língua Portuguesa:

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal.

Noções de Informática:

MS-Windows 10 ou superior: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou superior. MS-Word 2016 ou superior: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2016 ou superior: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: Navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

Legislação:

Constituição Federal de 1988 – Saúde (artigos 196 a 200). Constituição do Estado de São Paulo – Saúde (artigos 219 a 231). Lei nº 10.205/2001, que regulamenta o § 4º do artigo 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades. Decreto Federal nº 3.990/2001, que regulamenta o artigo 26 da Lei nº 10.205/2001, que dispõe sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades. Decreto nº 5.045/2004, que dá nova redação aos artigos 3º, 4º, 9º, 12 e 13 do Decreto Federal nº 3.990/2001, que regulamenta os dispositivos da Lei nº 10.205/2001. Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Anexo IV – Do sangue, componentes e derivados). Portaria Conjunta nº 370/2014. Resolução – RDC nº 75/2016 - Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011, Decreto Estadual nº 58.052/2012. NR 32 – Estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores em serviços de saúde.

Conhecimentos Específicos:

Características gerais da resposta imune primária e secundária. Antígenos eritrocitários, composição, funções biológicas e nomenclatura. Reação antígeno-anticorpo, características gerais dos anticorpos eritrocitários (regulares e irregulares). Sistema sanguíneo ABO: propriedades e generalidades, subgrupos ABO, técnicas laboratoriais para tipagem ABO, discrepâncias entre tipagem direta e reversa, incompatibilidade ABO e reagentes empregados. Sistema sanguíneo Rh: propriedades, generalidades e complexidade, D-fraco, D-parcial, técnicas laboratoriais para tipagem RhD e detecção de D-variante, fenotipagem e detecção de variantes para outros antígenos do sistema Rh (C, c, E, e). Propriedades e generalidades dos principais sistemas de grupos sanguíneos (Kell, Duffy, Kidd e MNS). Características gerais dos testes imuno-hematológicos: Teste de antiglobulina direto, Pesquisa e Identificação de anticorpos irregulares, fenotipagem eritrocitária, prova de compatibilidade, testes complementares (eluato, tratamentos com enzimas proteolíticas, reagentes químicos e técnica de adsorção); Mecanismos de aloimunização, características gerais da doença hemolítica autoimune (AHA) e doença hemolítica do feto e recém-nascido (DHFRN). Controle de qualidade dos reagentes utilizados em imuno-hematologia. Características gerais das técnicas sorológicas e moleculares da doença de chagas, hepatites B e C, HIV, sífilis e HTLV I/II. Fundamentos das técnicas sorológicas: Ensaio imunoenzimático (ELISA), Ensaio quimioluminescente (CLIA), Western Blot, Hemaglutinação, Aglutinação/Floculação e Imunoblot. Fundamentos de biologia molecular e técnicas moleculares: reação da polimerase em cadeia (PCR), teste ácido nucleico (NAT) e PCR em tempo real (PCR-TR). Avaliação dos métodos diagnósticos: sensibilidade, especificidade, valor preditivo positivo e negativo. Controle de qualidade interno e externo: exatidão e precisão, gráfico de Lewin Jenning, desvio-padrão, coeficiente de variação. Controle de qualidade dos reagentes utilizados em sorologia. Conhecimentos gerais sobre a composição do sangue, soluções anticoagulantes e conservantes. Tipos de hemocomponentes, procedimento de lavagem, leucorredução, irradiação, tempo de armazenamento, conservação, transporte e vencimento. Equipamentos e materiais utilizados no preparo dos hemocomponentes. Controle de qualidade do sangue e hemocomponentes: especificação, validação, calibração, análises dos hemocomponentes, fatores que influenciam na qualidade do sangue, amostragem, controle microbiológico e controle de qualidade dos insumos. Boas práticas de laboratório: diluições, medições volumétricas, automação, manutenção e biossegurança. Conhecimentos gerais sobre a captação e seleção de doadores de sangue. Portaria nº 158, de 4 de fevereiro de 2016.



ENSINO SUPERIOR COMPLETO
EMPREGO PÚBLICO: 303 – ENFERMEIRO

Língua Portuguesa:

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal.

Noções de Informática:

MS-Windows 10 ou superior: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou superior. MS-Word 2016 ou superior: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2016 ou superior: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: Navegação na Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

Legislação:

Constituição Federal de 1988 – Saúde (artigos 196 a 200). Constituição do Estado de São Paulo – Saúde (artigos 219 a 231). Lei nº 10.205/2001, que regulamenta o § 4º do artigo 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades. Decreto Federal nº 3.990/2001, que regulamenta o artigo 26 da Lei nº 10.205/2001, que dispõe sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades. Decreto nº 5.045/2004, que dá nova redação aos artigos 3º, 4º, 9º, 12 e 13 do Decreto Federal nº 3.990/2001, que regulamenta os dispositivos da Lei nº 10.205/2001. Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Anexo IV – Do sangue, componentes e derivados). Resolução COFEN 629/2020. Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011, Decreto Estadual nº 58.052/2012. NR 32 – Estabelece as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores em serviços de saúde.

Conhecimentos Específicos:

Triagem clínica de candidatos à doação de sangue: critérios para aceitação e recusa de candidatos à doação, doação autóloga e específica, autoexclusão confidencial. Assistência de enfermagem na doação de sangue. Assistência de enfermagem nas reações adversas e complicações da doação de sangue. Noções gerais sobre sangue e hemocomponentes: tipos de hemocomponentes, indicações transfusionais, transporte e estoque de sangue e hemocomponentes. Doenças infecciosas transmissíveis pela transfusão. Triagem sorológica do sangue. Assistência de enfermagem nas transfusões de sangue e suas complicações. SUS, princípios e diretrizes. Noções de Políticas de Saúde no Brasil, Estratégias de Saúde da Família. Lei Orgânica da Saúde. Financiamento do SUS. Trabalho em equipe multiprofissional. Introdução à enfermagem: fundamentos de enfermagem. Exercício de enfermagem: código de ética dos profissionais de enfermagem. Legislação profissional – COREN. Programa Nacional de Imunização: considerações gerais. Calendário de vacinação para o Estado de São Paulo. Vacinação contra as doenças imunopreveníveis. Cadeia de frio. Meios de desinfecção e esterilização. Administração aplicada à enfermagem: administração em enfermagem. Supervisão em enfermagem. Enfermagem em pronto-socorro: considerações gerais sobre pronto atendimento: definição de urgência e emergência; prioridade no tratamento; princípios para um atendimento de urgência e emergência. Assistência de enfermagem nas urgências: do aparelho respiratório; do aparelho digestivo; do aparelho cardiovascular; do aparelho locomotor e esquelético; do sistema nervoso; ginecológicas e obstétricas; dos distúrbios hidroeletrólíticos e metabólicos; psiquiátricas; do aparelho urinário. Atenção básica à saúde: atenção à criança (crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação, doenças diarreicas e doenças respiratórias). Atenção à saúde da mulher (pré-natal, parto, puerpério, prevenção do câncer ginecológico, planejamento familiar). Atenção à saúde do adulto (hipertensão arterial e diabetes mellitus). Assistência de enfermagem em queimaduras. Assistência de enfermagem em intoxicações exógenas (alimentares, medicamentosas, envenenamentos). Assistência de enfermagem em picadas de insetos, animais peçonhentos e mordeduras de animais (soros e vacinas). Assistência de pacientes: posicionamento e mobilização. Visita domiciliar, ações educativas. Relação população/serviços de saúde. Relação paciente/profissional. Biossegurança. Gestão de Qualidade.



ANEXO III
MODELO DE LAUDO MÉDICO PARA CANDIDATO QUE DESEJA CONCORRER À RESERVA DE VAGA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – Pcd OU CONDIÇÃO ESPECIAL

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022

MODELO DE LAUDO MÉDICO

O(a) candidato(a) _____
Documento de Identificação (RG) nº: _____, CPF nº _____, foi submetido(a),
nesta data, a exame clínico sendo identificada a existência de DEFICIÊNCIA

a) Consideram-se pessoas com deficiência aquela que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual, ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do artigo 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas – ONU, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (Decreto nº 59.591, de 14 de outubro de 2013).

b) Os portadores de doença renal crônica ficam equiparados às pessoas com deficiência para fins de preenchimento do percentual legal de vagas destinadas às Pessoas com Deficiência no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 16.779, de 22 de junho de 2018).

PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

Especificar: _____

DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

Especificar: _____

DEFICIÊNCIA FÍSICA:

Especificar: _____

OUTROS TIPOS DE DEFICIÊNCIA:

Especificar: _____

SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL

DEFICIÊNCIA VISUAL

Prova impressa Braille.

Prova impressa em caracteres ampliados, indicando o tamanho da fonte (fonte _____).

Fiscal Ledor

Tempo adicional de Prova (_____informar)

Outros. Descreva: _____

OBS: A solicitação de Condições Especiais será atendida obedecendo a critérios de legalidade, viabilidade e de razoabilidade.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Fiscal intérprete de LIBRAS.

Autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação pela Coordenação do Concurso, no dia da realização da prova.

Outros. Descreva: _____

OBS: A solicitação de Condições Especiais será atendida obedecendo a critérios de legalidade, viabilidade e de razoabilidade.

DEFICIÊNCIA FÍSICA

Mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização das provas;

Designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e transcrição das respostas

Facilidade de acesso às salas de provas e demais instalações relacionadas à realização do Concurso Público

Outros. Descreva: _____

OBS: A solicitação de Condições Especiais será atendida obedecendo a critérios de legalidade, viabilidade e de razoabilidade.

Este formulário deverá ser preenchido pelo Médico e deverá ser encaminhado via *upload*, juntamente com os documentos solicitados no item 3.7 e seus subitens e no item 5.8 e suas alíneas, deste Edital.

_____ de _____ de 2022.
Cidade Dia Mês

Nome do médico/Especialidade/CRM/Carimbo



ANEXO IV
REQUERIMENTO DE INCLUSÃO E USO DE NOME SOCIAL

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2022

REQUERIMENTO DE INCLUSÃO E USO DE “NOME SOCIAL”

Nos termos do Decreto Federal n.º 8.727, de 28 de abril 2016, eu, _____
_____, portador de
(Nome Civil do interessado)

Cédula de Identidade n.º _____ e CPF/MF n.º _____,
inscrito no Concurso Público da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO – EDITAL Nº 01/2022, para o
Emprego Público de _____,
solicito a inclusão e uso do meu Nome Social
(_____),
(indicação do Nome Social)

nos registros relativos aos serviços prestados por esse Órgão/Entidade.

Cidade: _____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Candidato(a)



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
Concurso Público – Edital nº 01/2022

DECLARAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO OU REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____,

(Nome Civil do interessado)

portador de Cédula de Identidade n.º _____, CPF/MF n.º _____,

Nacionalidade _____, Estado Civil _____, Endereço Residencial _____

inscrito no CONCURSO PÚBLICO da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO – EDITAL Nº 01/2022, para o Emprego Público de _____,

DECLARO, sob pena das sanções cabíveis, para fins de concessão de Isenção ou Redução do pagamento do valor da taxa de inscrição, previstas nas **Lei Estadual n.º 12.147**, de 12 de dezembro de 2005 e **Lei Estadual n.º 12.782**, de 20 de dezembro de 2007, que me encontro na condição, preenchendo os requisitos elencados em Lei, conforme opção indicada abaixo:

Solicitação de Isenção do valor da taxa de inscrição, nos termos da **Lei Estadual n.º 12.147, de 12 de dezembro de 2005**, possibilitado ao candidato que for **Doador de Sangue**.

OU

Solicitação de Redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da inscrição, de acordo com a **Lei Estadual n.º 12.782, de 20 de dezembro de 2007**, possibilitado ao candidato que comprovar, **CUMULATIVAMENTE**, ser **estudante regularmente matriculado em uma das séries do Ensino Médio, Curso Pré-Vestibular, Curso Superior em Nível de Graduação ou Pós-Graduação e perceber remuneração mensal inferior a 02 (dois) salários-mínimos ou estar desempregado**.

O candidato deverá encaminhar também os documentos relacionados no **Capítulo IV – Da Solicitação de Isenção/Redução da Taxa de Inscrição**, do **item 4.2 e suas alíneas**, bem como **seus subitens e alíneas**.

Cidade: _____, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do(a) Candidato(a)



ANEXO VI
**AUTODECLARAÇÃO PARA FAZER JUS À PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETO,
PARDOS E INDÍGENAS**

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
Concurso Público – Edital nº 01/2022

MODELO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____, portador de
(Nome Completo, sem abreviações)

Cédula de Identidade n.º _____, órgão expedidor _____, UF _____,
e inscrito(a) no **CPF/MF n.º** _____, **DECLARO** ser _____ (Preto, Pardo ou
Indígena), nos termos expressos no **Decreto Estadual n.º 63.979/2018**, e optar por fazer jus à pontuação diferenciada
(PPI) no **CONCURSO PÚBLICO** da **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO**, para o Emprego
Público _____.

Declaro, ainda:

- não ter sido eliminado de Concurso Público ou Processo Seletivo no âmbito do Estado de São Paulo, nem ter anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência da falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 1.259, de 15 de janeiro de 2015;
- estar ciente que a presente autodeclaração será objeto de verificação por parte de Comissão de Heteroidentificação, a ser instituída especificamente para esse fim, sujeitando-se os autores de declarações falsas às sanções previstas no Artigo 4º, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.º 1.259/2015;
- estar ciente de que se deixar de cumprir as exigências relativas ao Processo de Heteroidentificação serei eliminado do Concurso Público.
- Estar ciente que para a aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos e pardos (heteroidentificação) será verificada a fenotípi, caso subsistam dúvidas, será então considerado o critério de ascendência.

_____ de _____ de 2022.
Cidade Dia Mês

Assinatura do Candidato

Cole aqui a foto 5x7
datada



**ANEXO VII
CRONOGRAMA PREVISTO**

ATENÇÃO! Todas as datas abaixo são prováveis, sujeitas a alterações, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os eventos, nos meios informados no presente Edital

DATAS	EVENTOS
18/02/2022	Publicação do Edital de Abertura de Inscrição, pela FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO no Diário Oficial do Estado Eletrônico e no Portal de Concursos Públicos do Estado e nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO.
02/03 a 07/04/2022	Período de Inscrição pela Internet no site do IMAIS (www.institutomais.org.br).
03 e 04/03/2022	Período de Solicitação de Isenção/Redução da Taxa de Inscrição, através do site do IMAIS (www.institutomais.org.br).
04/03/2022	Data limite para envio, <i>via upload</i> , dos documentos exigidos para comprovação da isenção/redução.
18/03/2022	Publicação no Diário Oficial do Estado Eletrônico e nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO, do: > Resultado da Análise dos Pedidos de Isenção/Redução da Taxa de Inscrição.
21 e 22/03/2022	Prazo para interposição de recursos contra o Resultado da Análise dos Pedidos de Isenção/Redução da Taxa de Inscrição no site do IMAIS.
30/03/2022	Publicação no Diário Oficial do Estado Eletrônico e nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO, do: > Resultado da Análise dos Pedidos de Isenção/Redução da Taxa de Inscrição – Pós-Recurso.
08/04/2022	Vencimento do boleto para pagamento da taxa de inscrição.
22/04/2022	Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo Eletrônico e nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO do: > Comunicado de Deferimento e Indeferimento das Inscrições (candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência – PcD, exerceram a Função de Jurado, solicitaram Condições Especiais para realização das Provas e os candidatos que participarão do Concurso Público por meio do Sistema de Pontuação Diferenciada) e Homologação das Inscrições (Relação de todos os Candidatos Insritos).
25 e 26/04/2022	Prazo recursal a ser interposto contra o Deferimento e Indeferimento das Inscrições (candidatos que se declararam Pessoa com Deficiência – PcD, exerceram a Função de Jurado, solicitaram Condições Especiais para realização das Provas e os candidatos que participarão do Concurso Público por meio do Sistema de Pontuação Diferenciada) e da Homologação das Inscrições (Relação de todos os Candidatos Insritos), no site do IMAIS.
06/05/2022	Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo Eletrônico e nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO dos: > Comunicado dos Deferimentos, Indeferimentos e Homologação das Inscrições – Pós-Recurso; e > Edital de Convocação para as Provas Objetivas.
15/05/2022	Aplicação das Provas Objetivas.
16 e 17/05/2022	Prazo recursal contra a Aplicação das Provas Objetivas, através do site do IMAIS (www.institutomais.org.br).
16/05/2022	Divulgação dos Gabaritos das Provas Objetivas, nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO.
17 e 18/05/2022	Prazo recursal referente a publicação dos Gabaritos das Provas Objetivas, através do site do IMAIS (www.institutomais.org.br).
03/06/2022	Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo Eletrônico nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO dos: > do Resultado Provisório das Provas Objetivas; > do Edital de Convocação para a Realização da Perícia Médica dos candidatos Portadores de Deficiência – PcDs; e Divulgação na Área Restrita dos Candidatos: > da análise dos recursos interpostos por ocasião da divulgação dos gabaritos e da aplicação das Provas Objetivas.
06 e 07/06/2022	Prazo recursal referente ao Resultado Provisório das Provas Objetivas no site do IMAIS.
06 a 10/06/2022	Realização da Perícia Médica pela FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO.
06/06/2022	Realização da Comissão Heteroidentificação dos Candidatos Negros e Indígenas.
07/06/2022	Publicação nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO do: > Resultado da Verificação da Heteroidentificação dos Candidatos Negros e Indígenas.
08 a 14/06/2022	Prazo recursal referente ao Resultado da Verificação da Heteroidentificação dos Candidatos Negros e Indígenas no site do IMAIS.
17/06/2022	Publicação nos sites do IMAIS e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO: > da Homologação do Resultado Final.

Veículos Oficiais de Divulgação: no Diário Oficial de São Paulo Eletrônico e no Portal de Concursos Públicos do Estado, bem como nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO. (www.prosangue.sp.gov.br).

REALIZAÇÃO:

